

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**Senhores Acionistas,**

A Administração da Telemar Norte Leste S.A. (TMAR) submete o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Perfil Corporativo e Desempenho Operacional

A TMAR é uma das principais provedoras de serviços de telefonia fixa do Brasil, prestando serviços em 16 estados da Federação que compõem a Região I do Plano Geral de Outorgas.

	2014	2013	var.%
PLANTA REGIÃO I	14.363	14.911	(3,7)
FIXA	10.095	10.871	(7,1)
VELOX	3.538	3.553	(0,4)
TV	730	487	49,9

Em milhares

A nossa planta de telefonia fixa encerrou 2014 com 10,1 milhões de clientes na Região I, um decréscimo de 7,1% em relação ao ano anterior. Somos a principal empresa de telefonia fixa da Região I com uma participação no mercado de 59,1%, segundo a ANATEL(*).

No Velox encerramos 2014 com uma base de 3,5 milhões de clientes, que representa um decréscimo de 0,4% em relação a 2013.

A planta de TV da Oi fechou 2014 com 730 milhões de clientes, que representa um acréscimo de 49,9% em relação a 2013.

(*) A última informação disponibilizada pela ANATEL para o mercado de fixa foi de 31/dez/2014.

Desempenho Econômico-Financeiro

A receita líquida consolidada foi de R\$ 22.871 milhões em 2014, um decréscimo de 2% em relação ao ano anterior.

A TMAR registrou EBITDA de R\$ 7.362 milhões em 2014, um acréscimo de 33% no comparativo com o ano passado. A Companhia encerrou 2014 com um lucro líquido de R\$ 554 milhões, representando decréscimo de 27% em relação à 2013.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores e órgãos públicos pelo apoio e confiança com que distinguiram a nossa Companhia, especialmente, em 2014. Agradecemos, em especial, aos nossos colaboradores pelo empenho, comprometimento, dedicação e esforço pessoal que tanto contribuíram para o crescimento da Oi ao longo do ano.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013			2014	2013		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	1.178.789	747.323	1.897.899	1.910.874	Salários, encargos sociais e benefícios		308.259	268.471	540.493	453.466
Aplicações financeiras	9	147.198	86.866	187.379	362.529	Fornecedores		1.878.763	2.095.417	4.161.355	3.927.415
Instrumentos financeiros derivativos	18	103.159	86.442	103.159	86.442	Empréstimos e financiamentos	17	1.867.995	944.268	2.587.850	1.896.074
Contas a receber	10	4.128.424	3.832.695	6.411.775	5.905.726	Instrumentos financeiros derivativos	18	79.845	100.319	79.845	100.319
Estoques		75.598	84.237	450.152	406.355	Tributos correntes a recolher	11	32.902	23.897	328.555	324.866
Tributos correntes a recuperar	11	429.915	271.194	772.166	797.590	Outros tributos	12	430.833	304.038	829.366	926.203
Outros tributos	12	487.572	395.958	806.748	897.154	Dividendos e juros sobre o capital próprio	23	851.702	683.075	853.419	684.791
Dividendos e juros sobre o capital próprio	25	197.334	940.813			Autorizações e concessões a pagar	19	76.949		635.912	457.173
Depósitos e bloqueios judiciais	13	224.723	204.803	252.043	245.558	Programa de refinanciamento fiscal	20	36.731	43.074	41.451	47.464
Ativo relacionado aos fundos de pensão	24			120	839	Provisões para fundos de pensão	24			261	220
Demais ativos		523.354	736.676	1.056.230	1.307.823	Provisões	21	321.746	361.563	421.276	453.232
		7.496.066	7.387.007	11.937.671	11.920.890	Demais obrigações	22	123.151	159.910	956.323	1.028.397
Não circulante								6.008.876	4.984.032	11.436.106	10.299.620
Aplicações financeiras	9		1.527	92.819	82.247	Não circulante					
Instrumentos financeiros derivativos	18	668.172	518.482	668.172	518.482	Empréstimos e financiamentos	17	8.462.781	9.570.111	11.074.331	12.505.117
Ativo financeiro disponível para venda	3.1 (i)	250.101	914.216	250.101	914.216	Instrumentos financeiros derivativos	18	15.241	63.276	15.241	63.276
Créditos com partes relacionadas	25	1.142.126	1.101.817	1.651.716	2.089.788	Outros tributos	12	334.835	650.238	786.115	1.137.394
Tributos diferidos a recuperar	11	2.135.276	2.687.018	3.222.551	3.956.803	Autorizações e concessões a pagar	19			685.975	1.027.234
Outros tributos	12	356.433	431.961	543.143	644.848	Programa de refinanciamento fiscal	20	387.119	459.532	428.862	502.939
Depósitos e bloqueios judiciais	13	3.593.791	3.305.102	4.373.880	3.982.016	Provisões para fundos de pensão	24			85	280
Ativo relacionado aos fundos de pensão	24			3.604	1.869	Provisões	21	1.591.547	1.578.529	1.768.417	1.731.332
Demais ativos		193.552	242.279	290.249	549.077	Demais obrigações	22	1.582.342	1.421.018	1.501.029	1.514.519
Investimentos	14	9.321.314	9.302.120	134.338	158.147			12.373.865	13.742.704	16.260.055	18.482.091
Imobilizado	15	11.624.437	11.296.004	20.151.843	19.436.200	Patrimônio líquido	23				
Intangível	16	664.928	671.572	3.439.529	3.659.497	Capital social		11.661.092	11.661.092	11.661.092	11.661.092
		29.950.130	30.472.098	34.821.945	35.993.190	Reservas de capital		1.667.378	1.667.417	1.667.378	1.667.417
Total do ativo		37.446.196	37.859.105	46.759.616	47.914.080	Reservas de lucro		5.822.332	5.886.128	5.822.332	5.886.128
						Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações		(90.980)	(90.980)	(90.980)	(90.980)
						Ajuste de avaliação patrimonial		3.633	8.712	3.633	8.712
						Total do patrimônio líquido		19.063.455	19.132.369	19.063.455	19.132.369
						Total do passivo e patrimônio líquido		37.446.196	37.859.105	46.759.616	47.914.080

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Receitas de vendas e/ou serviços	4	11.600.016	12.686.440	22.870.845	23.348.138
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	5	(8.138.108)	(8.495.237)	(13.415.718)	(13.617.969)
Lucro bruto		3.461.908	4.191.203	9.455.127	9.730.169
Receitas (despesas) operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	14	527.807	740.419	(7.587)	(17.750)
Despesas com vendas	5	(2.226.421)	(2.103.741)	(4.703.171)	(4.803.343)
Despesas gerais e administrativas	5	(1.150.036)	(1.139.288)	(2.379.082)	(2.300.806)
Outras receitas operacionais	6	3.294.980	792.740	3.533.526	1.277.398
Outras despesas operacionais	6	(1.063.636)	(985.614)	(2.084.479)	(1.754.407)
		(617.306)	(2.695.484)	(5.640.793)	(7.598.908)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		2.844.602	1.495.719	3.814.334	2.131.261
Receitas financeiras	7	605.226	764.653	886.289	1.064.038
Despesas financeiras	7	(2.318.769)	(1.453.696)	(3.172.109)	(2.038.032)
Resultado financeiro	7	(1.713.543)	(689.043)	(2.285.820)	(973.994)
Lucro antes das tributações		1.131.059	806.676	1.528.514	1.157.267
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	8	(18.370)	(46.460)	(390.242)	(334.801)
Diferido	8	(558.462)	914	(584.045)	(61.336)
		(576.832)	(45.546)	(974.287)	(396.137)
Lucro líquido do exercício		554.227	761.130	554.227	761.130
Lucro líquido atribuído aos controladores		554.227	761.130	554.227	761.130
Lucro básico e diluído por ação (ordinária e preferencial) (R\$)	23(f)	1,61	2,21	1,61	2,21

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Lucro líquido do exercício		554.227	761.130	554.227	761.130
Perda de contabilidade de "hedge"		(6.190)	(20.105)	(6.190)	(20.105)
Ganho atuarial reflexo		1.111	2.195	1.111	2.195
Total do resultado abrangente do exercício		549.148	743.220	549.148	743.220
Resultado abrangente atribuído ao controlador		549.148	743.220	549.148	743.220

Os itens na demonstração do resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

TELEMAR NORTE LESTE S.A.												
CNPJ 33.000.118/0001-79												
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013												
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma												
	Atribuído à participação dos controladores											
	Reservas de capital					Reservas de lucro			Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações		Outros resultados abrangentes	Total da participação dos acionistas controladores
Capital social	Ágio na subscrição de ações	Doações e subvenções para investimento	Especial Lei nº 8.200/1991	Legal	Incentivos fiscais	Investimentos	Dividendo adicional proposto	Lucros (prejuízos) acumulados				
Em 1 de janeiro de 2013	11.628.775	1.038.525	627.182	1.823	179.671	12.728	5.953.714	1.233.511		(90.980)	26.622	20.611.571
Aumento de capital	32.317											32.317
Realização de reserva especial Lei nº 8.200/1991				(113)					113			
Perda de contabilidade de "hedge"											(20.105)	(20.105)
Ganho atuarial reflexo											2.195	2.195
Realização da reserva de investimentos para pagamento de dividendos extraordinários							(698.540)					(698.540)
Realização de reserva de incentivos fiscais						(12.728)			12.728			
Lucro líquido do exercício									761.130			761.130
Destinação do lucro do exercício:												
Reserva legal					38.057				(38.057)			
Reserva de investimento							413.226		(413.226)			
Dividendo mínimo obrigatório (R\$ 1,6942 por ação)									(322.688)			(322.688)
Aprovação de dividendos adicionais (R\$ 3,5806 por ação)								(1.233.511)				(1.233.511)
Em 31 de dezembro de 2013	11.661.092	1.038.525	627.182	1.710	217.728		5.668.400			(90.980)	8.712	19.132.369
Realização de reserva especial Lei nº 8.200/1991				(39)					39			
Perda de contabilidade de "hedge"											(6.190)	(6.190)
Ganho atuarial reflexo											1.111	1.111
Realização da reserva de investimentos							(112.268)		112.268			
Lucro líquido do exercício									554.227			554.227
Destinação do lucro do exercício:												
Reserva legal					27.713				(27.713)			
Reserva de incentivos fiscais						20.759			(20.759)			
Deliberação de Juros sobre o Capital Próprio									(618.062)			(618.062)
Em 31 de dezembro de 2014	11.661.092	1.038.525	627.182	1.671	245.441	20.759	5.556.132			(90.980)	3.633	19.063.455
	11.661.092			1.667.378			5.822.332			(90.980)	3.633	19.063.455
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.												

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA					NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS						
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013					EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013						
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma					Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma						
	Controladora		Consolidado		1. INFORMAÇÕES GERAIS		Direta	Indireta	Direta	Indireta	
	2014	2013	2014	2013							2014
Atividades operacionais					A Telemar Norte Leste S.A. ("Companhia" ou "TMAR"), sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro na Rua do Lavradio, nº 71, 2º andar - Centro, é uma sociedade de capital fechado, subsidiária integral da Oi S.A. ("Oi" ou "Controladora").						
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.131.059	806.676	1.528.514	1.157.267	A TMAR é a principal prestadora de serviços de telefonia fixa na sua área de atuação na Região I do PGO – Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas, Roraima e Amapá (exceto no Setor 3 da referida região, que corresponde a 57 municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no estado de Minas Gerais, onde a CTBC - Companhia de Telecomunicações do Brasil Central opera). A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações.						
Itens de resultado que não afetam o caixa					A Companhia possui ainda: (i) concessão da ANATEL para a prestação do serviço de longa distância nacional na mesma região, bem como concessão para o serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro; (ii) através da Oi Móvel S.A. ("Oi Móvel") a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel nas Regiões I, II e III. Os contratos de concessão do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia junto à ANATEL vão até 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão preveem revisões quinquenais e no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador. As vigências dos contratos de autorizações se encontram divulgadas na Nota 16.						
Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	1.025.125	1.051.135	1.458.350	1.300.148	A autorização para a conclusão da preparação destas Demonstrações Financeiras ocorreu na Reunião de Diretoria, realizada em 27 de março de 2015.						
Depreciação e amortização	1.750.355	1.448.506	3.540.194	3.418.545	Incorporação TNL PCS						
Perdas sobre contas a receber	163.234	195.036	415.327	737.607	Em fevereiro de 2014 a TNL PCS S.A. ("TNL PCS") (operadora de telefonia móvel das Regiões I e III) foi incorporada pela Oi Móvel (operadora de telefonia móvel da Região II). Como resultado da incorporação, a Oi Móvel tornou-se a única operadora a fornecer serviços de telefonia móvel da Companhia no Brasil.						
Provisões	253.247	149.824	415.819	278.800	A incorporação foi realizada com base nos valores contábeis históricos das entidades envolvidas tendo em vista ser uma operação entre entidades sob controle comum.						
Provisão para fundos de pensão			103	257	As participações em controladas da Companhia estão demonstradas abaixo:						
Equivalência patrimonial	(527.807)	(740.419)	7.587	17.750							
Perda na baixa de ativo permanente	554		994	361.493							
Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL	76.949	61.204	83.678	61.204							
Participação de empregados e administradores	130.279	(48.395)	192.947	(64.630)							
Operações de instrumentos financeiros derivativos	(101.663)	(249.790)	(101.663)	(249.790)							
Atualização monetária de créditos com partes relacionadas e debêntures privadas	(104.530)	(94.121)	(158.139)	(190.764)							
Atualização monetária de provisões	89.672	150.020	118.364	177.676							
Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal	44.690	38.005	49.912	40.534							
Apropriação de despesas antecipadas	382.004	361.859	1.408.021	1.624.964							
Dividendos prescritos	(10.116)	(49)	(10.116)	(49)							
Outros	(1.742.562)	(209.694)	(1.658.842)	(201.716)							
	2.560.490	2.919.797	7.291.050	8.469.297							
Mutações patrimoniais											
Contas a receber	(446.277)	313.652	(1.038.792)	242.272							
Estoques	8.639	6.718	(36.653)	(41.343)							
Tributos	(461.729)	(791.787)	(211.438)	(960.893)							
Aplicações financeiras mantidas para negociação	(865.375)	(1.853.450)	(3.283.603)	(4.907.128)							
Resgates de aplicações financeiras mantidas para negociação	811.739	2.421.020	3.473.185	6.035.118							
Despesas antecipadas	(304.803)	(420.406)	(1.280.878)	(1.730.132)							
Fornecedores	(78.035)	251.231	479.899	416.884							
Salários, encargos sociais e benefícios	(90.491)	(30.615)	(105.918)	(15.317)							
Provisões	(318.610)	(415.189)	(462.486)	(535.703)							
Outras contas ativas e passivas	418.243	(64.565)	448.175	(394.181)							
	(1.326.699)	(583.391)	(2.018.509)	(1.890.423)							
Encargos financeiros pagos	(615.987)	(763.815)	(1.170.839)	(980.989)							
Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	(18.603)		(318.191)	(192.041)							
Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	(165.811)	(171.032)	(245.207)	(325.931)							
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	1.159.444	571.153	23.262	64.594							
	359.043	(363.694)	(1.710.975)	(1.434.367)							
Fluxo de caixa das atividades operacionais	1.592.834	1.972.712	3.561.566	5.144.507							
Atividades de investimentos											
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(2.195.949)	(2.547.055)	(4.331.474)	(4.844.685)							
Créditos com partes relacionadas - Liberações	(600.498)	(228.260)	(701.927)	(491.697)							
Créditos com partes relacionadas - Recebimentos	709.013	469.187	1.341.160	426.129							
Recursos obtidos na venda de investimentos, imobilizado e intangível	2.674.585	212.216	2.674.585	213.854							
Depósitos e bloqueios judiciais	(366.829)	(280.972)	(430.615)	(418.278)							
Resgates de depósitos e bloqueios judiciais	166.679	251.684	180.001	292.046							
Fluxo de caixa decorrente de aquisição de controle de controladas				1.314.132							
Aumento/Redução dos investimentos permanentes	(121.950)	(67.800)	16.222	(11.829)							
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	265.051	(2.191.000)	(1.252.048)	(3.520.328)							
Atividades de financiamentos											
Captações líquidas de custos	3.899.915	2.216.769	3.716.328	1.274.138							
Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e leasing	(4.804.984)	(1.830.716)	(5.222.435)	(1.708.347)							
Autorizações e concessões		(87.642)	(204.779)	(624.223)							
Programa de refinanciamento fiscal	(153.476)	(116.865)	(241.868)	(120.843)							
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(346.610)	(409.918)	(346.609)	(408.202)							
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(1.405.155)	(228.372)	(2.299.363)	(1.587.477)							
Variação cambial sobre equivalentes de caixa	(21.264)	52.590	(23.130)	54.539							
Fluxo de caixa do exercício	431.466	(394.070)	(12.975)	91.241							
Caixa e equivalentes de caixa											
Saldo final	1.178.789	747.323	1.897.899	1.910.874							
Saldo inicial	747.323	1.141.393	1.910.874	1.819.633							
Variação no exercício	431.466	(394.070)	(12.975)	91.241							
DIVULGAÇÕES ADICIONAIS A DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA											
	Controladora		Consolidado								
	2014	2013	2014	2013							
Transações não caixa											
Compensação de depósitos judiciais contra provisões	51.108	79.103	66.568	91.328							
Variação entre investimento econômico e financeiro (ativo imobilizado e intangível)	(123.251)	13.712	(230.591)	217.335							
Dividendos mínimos declarados e não pagos		(322.688)		(322.688)							
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.											

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

As participações em negócios em conjunto são avaliadas por equivalência patrimonial e estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	Direta	Indireta	Direta	Indireta
		2014	2014	2013	2013
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Tráfego de dados	50%		50%	
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo Soluções")	Financeira		50%		50%

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas.

(a) Base de elaboração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (b) a seguir.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

Demonstrações Financeiras Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o IFRS – "International Financial Reporting Standards" emitidos pelo IASB - "International Accounting Standards Board" e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

Demonstrações Financeiras Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais da controladora foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

A revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 (aprovada em dezembro de 2014) alterou o CPC 35, CPC 37 e o CPC 18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas DFs separadas em IFRS, eliminando essa diferença entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS.

(b) Principais políticas contábeis**Crítérios de consolidação das controladas pelo método integral**

A consolidação integral foi elaborada de acordo com o IFRS 10 / CPC 36 (R2) – Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações contábeis das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas;
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício; e
- consolidação dos fundos de investimentos exclusivos (Nota 9).

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações brasileiro e em atividades correlacionadas ao respectivo setor (vide Nota 1), sendo a moeda corrente utilizada nas transações o Real (R\$).

Para a definição da moeda funcional, a Administração considerou a moeda que influencia:

- o preço de venda de seus produtos e serviços;
- os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos;
- o fluxo de caixa pelo recebimento de clientes e pagamento a fornecedores;
- juros, investimentos e financiamentos.

Sendo assim a moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$), mesma moeda que é utilizada para apresentação das Demonstrações Financeiras.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como contabilidade de "hedge" ("hedge accounting") e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de "hedge" de fluxo de caixa.

Empresas do grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- receitas e despesas da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial";
- as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como "hedge" desses investimentos são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda; e
- ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Combinações de negócios

A Companhia utiliza o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Os ativos identificáveis adquiridos, passivos e os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais-valias de ativos adquiridos, a Companhia procede a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável a Companhia efetua os testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e; para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura ("goodwill"), a Companhia testa anualmente o valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos.

Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, "simcard" e acessórios. A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em histórico de inadimplência.

Estoques

Os estoques estão segregados e classificados conforme disposição abaixo:

- Estoques de materiais de manutenção, classificados no ativo circulante conforme seu prazo de utilização, são demonstrados pelo custo médio de aquisição, os quais não excedem o custo de reposição.
- Estoque para expansão, classificado no ativo imobilizado, é demonstrado pelo custo médio de aquisição, e tem como objetivo ser aplicado na expansão da planta de telefonia.
- Estoques de materiais de revenda, classificados no ativo circulante, são apresentados pelo custo médio de aquisição, basicamente, representados por aparelhos celulares e acessórios. Para os aparelhos celulares e acessórios, são registrados ajustes ao provável valor de realização para os casos em que as aquisições são realizadas a valores superiores ao de venda. Para os estoques obsoletos são registradas as perdas ao valor recuperável.

Ativo financeiro disponível para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia registra ativos financeiros

disponíveis para venda inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras Individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As Demonstrações Financeiras de controladas são consolidadas integralmente nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os investimentos em controladas em conjunto são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os custos de empréstimos e financiamentos quando diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados no custo inicial desses ativos. Os ativos qualificáveis são aqueles que necessariamente demandam um tempo substancial para ficarem prontos para uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado.

Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente.

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Compreende a avaliação anual ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperável. Os ativos de longa duração podem ser identificados como de vida útil indefinida e ativos sujeitos a depreciação e amortização (ativo imobilizado e ativo intangível). Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa e são realizadas projeções com base em fluxos de caixa descontados, fundamentadas em expectativas sobre as operações da Companhia.

As UGC são unidades identificáveis de negócios da Companhia com capacidade de geração de caixa.

As projeções do VPL - Valor Presente Líquido das UGC são elaboradas levando-se em consideração as seguintes premissas:

- Fontes internas de informação: evidência de obsolescência ou dano, planos de descontinuidade, relatórios de desempenho, entre outras;
- Fontes externas de informação: valor de mercado dos ativos, ambiente tecnológico, ambiente de mercado, ambiente econômico, ambiente regulatório, ambiente legal, taxas de juros, taxas de retorno sobre os investimentos, valor de mercado das ações da Companhia, entre outras.

Para os ativos de vida útil definida e indefinida, os valores recuperáveis das UGC foram determinados com base em projeções do valor em uso, as referidas projeções suportam a recuperação desses ativos.

Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil são ajustados a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável, a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Na avaliação da Companhia, exceto pelas receitas a apropriar provenientes da cessão de torres fixas, nenhum ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; e (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de reduzir a exposição de risco de mercado decorrente das variações nas taxas de câmbio da dívida e de aplicações financeiras no exterior em moeda estrangeira e, inclusive, decorrentes das variações das taxas de juros flutuantes das dívidas.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor de mercado na data em que um contrato derivativo é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. Alterações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas diretamente no resultado.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substância contratual da transação.

A partir de 1 de janeiro de 2011, a Companhia passou a adotar o uso da contabilidade de "hedge" para os instrumentos financeiros derivativos. A adoção desta prática objetiva a redução da volatilidade do resultado reconhecido devido à variação do valor justo destes instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros derivativos designados para a contabilidade de "hedge" são submetidos a testes periódicos de efetividade prospectiva e retrospectiva utilizando metodologia de compensação monetária ("dollar offset").

Os derivativos contratados e designados para contabilidade de "hedge" são formalmente identificados por meio de documentação na designação inicial, elaboradas de acordo com os requisitos do CPC 38 (IAS 39).

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

Foram designados para contabilidade de *“hedge”* os instrumentos financeiros derivativos classificados como *“hedge”* de fluxo de caixa.

A parcela eficaz, conforme definido no CPC 38 (IAS 39), é registrada em conta do patrimônio líquido, denominada “Outros resultados abrangentes”, líquida de impostos, e é reclassificada para resultado financeiro com base na taxa efetiva. A parcela ineficaz, mensurada após testes de efetividade realizados trimestralmente, é registrada no resultado financeiro no mesmo período em que ocorre.

As variações no valor justo de instrumentos financeiros derivativos não designados para fins de contabilidade de *“hedge”* são contabilizadas como receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período em que ocorrem.

Será terminada a relação de *“hedge”* e a designação removida quando:

(i) O contrato do instrumento financeiro derivativo for exercido, terminado ou liquidado, ou se a Companhia remover voluntariamente a designação, obedecendo os critérios estabelecidos pelo CPC 38 (IAS 39). Caso o objeto de *“hedge”* continue existindo, os saldos acumulados em outros resultados abrangentes referentes às variações do valor justo do instrumento financeiro derivativo são apropriados ao resultado do exercício no qual as despesas de juros e variações cambiais do objeto de *“hedge”* são apropriadas.

(ii) A dívida for pré-paga ou extinta. Neste caso, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é imediatamente apropriado às receitas e/ou despesas financeiras no resultado do exercício no qual a designação for desfeita.

As informações requeridas sobre os instrumentos financeiros derivativos, assim como os efeitos reconhecidos pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, estão descritas na Nota 3.

Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Benefícios a empregados

• Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia e suas controladas em benefício de seus empregados são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia e suas controladas contam com planos de benefícios definidos e contribuições definidas.

No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais reflexas resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido (Nota 23).

O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

• Participações dos empregados no resultado - A provisão que contempla o programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência, no qual participam todos os empregados elegíveis que tenham trabalhado proporcionalmente no ano conforme as regras do Programa. A determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico, o custo é registrado anualmente em despesa de pessoal.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas provenientes da venda de cartões indutivos (TUP – Telefonia de Uso Público) são registradas quando os créditos são efetivamente consumidos pelos clientes.

• Programa de fidelização de clientes (“Oi Pontos”)

A controlada Oi Móvel implementou um programa de fidelização de clientes (“Oi Pontos”), no qual os clientes de telefonia móvel acumulam pontos através dos valores pagos por serviços de telefonia móvel, telefonia fixa, internet e TV, e podem trocá-los por pacotes de serviços de telefonia móvel, descontos em aparelhos, eventos disponíveis no “experiências Oi” e/ou transferi-los ao Programa Multiplús Fidelidade (programa parceiro) para trocá-los por diversos outros benefícios do referido programa, tais como passagens aéreas, abastecimento em postos de combustíveis, entre outros.

Os pontos concedidos no programa são contabilizados como um componente separadamente identificável da transação de venda em que os pontos são concedidos. O valor justo da contraprestação recebida ou a receber, com relação à venda inicial, é alocado entre os prêmios concedidos pelo programa. O valor alocado aos pontos é estimado com base no seu valor justo, ou seja, o valor pelo qual os créditos de prêmios podem ser vendidos separadamente. Tal valor é diferido e a receita relacionada é reconhecida somente quando os pontos são resgatados ou transferidos aos programas parceiros. O reconhecimento da receita é baseado no número de pontos que foram resgatados em troca de prêmios em relação ao número total que se espera que seja resgatado.

Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos e outras transações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade das empresas. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Subvenções e assistências governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas são reconhecidas, já as subvenções que visam compensar o custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC 03 (R2) / IAS 7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, depósitos e resgates judiciais e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

(c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita e contas a receber

A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação de preços pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

Provisões para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

A Administração da Companhia inclui na base de cálculo da provisão entidades governamentais, clientes corporativos e outros fornecedores de serviços de telecomunicações. Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas nas Notas 15 e 16, respectivamente.

As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia revisa e analisa a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.

Os testes de recuperabilidade (*“impairment”*) dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado. Para os ativos de vida útil indefinida (*“goodwill”*) a Companhia testa, no mínimo, anualmente eventuais perdas no ágio de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2 (b).

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia estabeleça determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e de saída de caixa projetados relacionados às receitas, gastos e despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Provisões

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, tributária e cível, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota 21. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis e decisões recentes e premissas estatísticas, e refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos. É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos a valor justo com base em estimativas de fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado. As estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. As utilizações de diferentes premissas para apuração do valor justo poderiam ter efeito material nos valores obtidos e não indicam necessariamente o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria no caso de liquidar essas transações.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRSs. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Benefícios a empregados

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria. Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia.

(d) Novas normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas podem ser relevantes para Companhia e são efetivas para exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2015 e não foram adotadas na preparação destas Demonstrações Financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia e suas controladas estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IAS 27 – Método de equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas - A atualização permite uma entidade a utilizar o método de equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias, *“joint ventures”* e coligadas em suas demonstrações contábeis separadas. A revisão é aplicável para exercícios iniciados em ou após a 1 de janeiro de 2016, com aplicação retroativa. A Companhia avaliou os impactos da alteração do IAS 27, e não identificou impactos no conjunto de suas Demonstrações Financeiras.

IFRS 9 – Instrumentos financeiros - substitui as orientações existentes na IAS 39 - *“Financial Instruments: Recognition and Measurement”* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *“hedge”*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A referida norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. A Companhia está avaliando o impacto do IFRS 9 no conjunto de suas Demonstrações Financeiras.

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes - exige que a entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A norma substitui a maior parte das orientações detalhadas sobre o reconhecimento de receita. A nova norma é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os impactos do IFRS 15 no conjunto de suas Demonstrações Financeiras.

Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que todos os novos pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS**3.1. Visão geral**

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

Ativo	Mensuração contábil	Controladora		Consolidado	
		2014			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Equivalentes de caixa	Valor justo	942.171	942.171	1.457.737	1.457.737
Aplicações financeiras	Valor justo	147.198	147.198	280.198	280.198
Contas a receber (iv)	Custo amortizado	4.128.424	4.128.424	6.411.775	6.411.775
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	1.155.846	1.155.846	1.671.965	1.671.965
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	771.331	771.331	771.331	771.331
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	197.334	197.334		
Ativo financeiro disponível para a venda (i)	Valor justo	250.101	250.101	250.101	250.101
Passivo					
Fornecedores (iv)	Custo amortizado	1.878.763	1.878.763	4.161.355	4.161.355
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	10.283.765	10.283.765	13.615.170	13.615.170
Debêntures	Custo amortizado	47.011	47.011	47.011	47.011
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	95.086	95.086	95.086	95.086
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	851.702	851.702	853.419	853.419
Autorizações e concessões a pagar (ii)	Custo amortizado	76.949	76.949	1.321.887	1.321.887
Programa de refinanciamento fiscal (ii)	Custo amortizado	423.850	423.850	470.313	470.313
Ativo	Mensuração contábil	Controladora		Consolidado	
		2013			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Equivalentes de caixa	Valor justo	613.331	613.331	1.629.252	1.629.252
Aplicações financeiras	Valor justo	88.393	88.393	444.776	444.776
Contas a receber (iv)	Custo amortizado	3.832.695	3.832.695	5.905.726	5.905.726
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	1.159.831	1.159.831	2.153.059	2.153.059
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	604.924	604.924	604.924	604.924
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	940.813	940.813		
Ativo financeiro disponível para a venda (i)	Valor justo	914.216	914.216	914.216	914.216
Passivo					
Fornecedores (iv)	Custo amortizado	2.095.417	2.095.417	3.927.415	3.927.415
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	10.470.199	10.470.199	14.357.011	14.357.011
Debêntures	Custo amortizado	44.180	44.180	44.180	44.180
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	163.595	163.595	163.595	163.595
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	683.075	683.075	684.791	684.791
Autorizações e concessões a pagar (ii)	Custo amortizado			1.484.407	1.484.407
Programa de refinanciamento fiscal (ii)	Custo amortizado	502.606	502.606	550.403	550.403

(i) Corresponde a 10% de participação acionária na Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("PT SGPS" ou "PT").

A Administração considera que (i) a participação da TMAP de 10% do capital social da PT e (ii) os dois representantes da TMAP nomeados em 6 de abril de 2011 no Conselho de Administração da PT não lhe conferem influência significativa nas políticas financeiras, operacionais e estratégicas da PT. Desta forma, a TMAP registrou o investimento, conforme requerido pelo CPC 38 / IAS 39 e CPC 39 / IAS 32, como ativo financeiro disponível para venda.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apurou desvalorização no valor justo das ações da PT no montante de R\$ 664.115 (2013 - R\$ 8.387), sendo o montante líquido de tributos de R\$ 438.315 (2013 - R\$ 5.535). Dado a relevância, e em consonância com o CPC 38/IAS 39 e CPC 39/ IAS 32, a Companhia reconheceu a perda em despesa financeira.

(ii) As autorizações e concessões a pagar e o programa de refinanciamento fiscal não possuem mercado, e por isso não são percebidos ajustes de valor justo.

(iii) Parte substancial deste saldo são empréstimos e financiamentos com o BNDES, agências de crédito à exportação e outras partes relacionadas, que correspondem a mercados exclusivos e por isso o valor justo é semelhante ao valor contábil.

(iv) Os saldos de contas a receber e fornecedores têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo.

3.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

(a) Instrumentos financeiros derivativos

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(b) Instrumentos financeiros não-derivativos mensurados ao valor justo

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do exercício, multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

(c) Hierarquia do valor justo

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o valor/preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de sua mensuração.

A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("nonperformance risk"), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo. O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "input" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os "inputs" são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração;

Nível 2 — Os "inputs" diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "inputs" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou "inputs" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os "inputs" para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses "inputs" representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

Não ocorreram transferências entre níveis e/ou alocação no Nível 3 entre 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

Hierarquia do valor justo	Ativos	Controladora		Consolidado	
		Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo
		2014	2013	2014	2013
	Nível 2	942.171	613.331	1.457.737	1.629.252
	Nível 2	147.198	88.393	280.198	444.776
	Nível 2	771.331	604.924	771.331	604.924
	Nível 1	250.101	914.216	250.101	914.216
	Passivos				
	Nível 2	95.086	163.595	95.086	163.595

3.3. Mensuração dos ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado

Na avaliação efetuada para fins de ajuste a valor presente dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:

- Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas.
- Fornecedores, dividendos e juros sobre o capital próprio: curto prazo para liquidação de todas as obrigações.
- Empréstimos e financiamentos: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.
- Autorizações e concessões a pagar, programa de refinanciamento fiscal e demais obrigações (Obrigação de compra de participação acionária): todas as obrigações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

3.4. Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e suas controladas usam instrumentos financeiros derivativos para proteger-se de certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração.

As Políticas de "Hedge" e Aplicações Financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi.

De acordo com a Política de "Hedge", os riscos de mercado são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão. Diversos cenários de cada um dos fatores de risco são então simulados através de modelos estatísticos, servindo de base para mensuração de impactos sobre o resultado financeiro do Grupo. Com base em tal análise, a Diretoria acorda anualmente com o Conselho de Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida em cada ano fiscal. A Diretriz de Risco é equivalente ao pior impacto esperado do resultado financeiro sobre o lucro líquido do Grupo, com 95% de confiança. Para o devido gerenciamento de riscos de acordo com a Diretriz de Risco, a área de tesouraria poderá contratar instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como "swaps" e termo de moedas. A Companhia e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

Com a aprovação da Política, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, que se reúne mensalmente, e atualmente é composto pelo Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Assuntos Regulatórios, Diretor de Planejamento e Desempenho, Diretor Tributário, Diretor de Controladoria e Diretor de Tesouraria acompanhado pelo Diretor de Auditoria Interna.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos.

3.4.1. Risco de mercado**(a) Risco de taxa de câmbio****Ativos financeiros**

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em títulos emitidos por instituições financeiras no exterior semelhantes aos Certificados de Depósito Bancário (CDBs), negociados no Brasil ("time deposits").

O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos quando convertidos em Reais. Os ativos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 12,40% (2013 - 15,2%) do total das disponibilidades que compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Adicionalmente, a Companhia possui ativo financeiro disponível para venda referente a investimento em ações da PT.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 35,3% (2013 - 32,6%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, são contratadas operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida consolidada em moeda estrangeira 100,0% (2013 - 98,4%) está coberta por operações de proteção nas modalidades "swap" cambial, termo em moeda e aplicações em moeda estrangeira. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção são mensurados a valor justo conforme descrito no item (a) acima.

Esses ativos e passivos financeiros estão assim representados no balanço:

Ativos Financeiros	Controladora			
	2014		2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Equivalentes de caixa	185.847	185.847	322.955	322.955
Aplicações financeiras	81.922	81.922	29.465	29.465
Ativo financeiro disponível para venda	250.101	250.101	914.216	914.216
Instrumentos financeiros derivativos	771.331	771.331	604.924	604.924
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos	3.177.089	3.177.089	4.233.786	4.233.786
Instrumentos financeiros derivativos	87.592	87.592	138.298	138.298
Ativo	Consolidado			
	2014		2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Equivalentes de caixa	188.229	188.229	328.789	328.789
Aplicações financeiras	81.922	81.922	29.465	29.465
Ativo financeiro disponível para venda	250.101	250.101	914.216	914.216
Instrumentos financeiros derivativos	771.331	771.331	604.924	604.924
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos	3.177.089	3.177.089	4.233.786	4.233.786
Instrumentos financeiros derivativos	87.592	87.592	138.298	138.298

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"	Controladora e Consolidado			
	Vencimento (anos)	Valores a (pagar)/ a receber		
		2014	2013	
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$	0,5 - 7,4	133.545	24.982	
Contratos de "swap cross currency" US\$/LIBOR/R\$	1,1 - 6,1	545.222	405.498	
Derivativos não designados para contabilidade de "Hedge"	Controladora e Consolidado			
	Vencimento (anos)	Valores a (pagar)/ a receber		
		2014	2013	
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$	1,1	24.122	21.649	
Contratos de "swap cross currency" R\$/US\$	1,1	(31.290)	(31.969)	
Contratos de "Non Delivery Forward" US\$/R\$ (NDF)	< 1 ano	12.140	46.466	

As operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial são principalmente:

Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"	Controladora e Consolidado			
	Vencimento (anos)	Valores a (pagar)/ a receber		
		2014	2013	
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$	1,1	24.122	21.649	
Contratos de "swap cross currency" R\$/US\$	1,1	(31.290)	(31.969)	
Contratos de "Non Delivery Forward" US\$/R\$ (NDF)	< 1 ano	12.140	46.466	

As operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial são principalmente:

Derivativos não designados para contabilidade de "Hedge"	Controladora e Consolidado			
	Vencimento (anos)	Valores a (pagar)/ a receber		
		2014	2013	
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$	1,1	24.122	21.649	
Contratos de "swap cross currency" R\$/US\$	1,1	(31.290)	(31.969)	
Contratos de "Non Delivery Forward" US\$/R\$ (NDF)	< 1 ano	12.140	46.466	

As operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial são principalmente:

Contratos de "cross currency swap" ("plain vanilla")
US\$/R\$: Referem-se a operações de "swap" cambial para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar. Nestes contratos, a posição ativa é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada ou de LIBOR americana mais taxa pré-fixada e a posição passiva é um percentual do CDI ou taxa pré-fixada em Reais. O principal risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar.

R\$/US\$: Referem-se a operações de "swap" cambial para reverter contratos de "swap". Nestes contratos, a posição passiva é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada e a posição ativa é um percentual do CDI. O principal risco de perdas na ponta passiva destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos dos "swaps" em Dólar revertidos.

Contratos de NDF "Non Deliverable Forward"
US\$/R\$: Referem-se a operações de compra de Dólar futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

continuação

variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Dólar. No intuito de alongar o período de proteção, existe a possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de Dólar para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de Dólar para posições mais longas.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo (vide Nota 7):

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Ganho (perda) com "swap" cambial	207.839	285.073	207.839	285.073
Operações de termo em moedas	(85.004)	(20.541)	(85.004)	(20.541)
Total	122.835	264.532	122.835	264.532

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos "hedges" cambiais designados para fins de contabilidade de "hedge":

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Saldo inicial			6.406	6.406
Resultado dos "hedges" designados			(10.275)	(10.275)
Transferência da porção inefetiva ao resultado			(576)	(576)
Amortização dos "hedges" ao resultado pela taxa efetiva			920	920
Tributos diferidos sobre contabilidade de "hedge"			3.376	3.376
Saldo final			(149)	(149)

a.1) Análise de sensibilidade de risco cambial

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do exercício. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de dezembro de 2014. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa 2014	
Cenário Provável		
Dólar	2,65620	0%
Euro	3,22700	0%
Cenário Possível		
Dólar	3,32025	25%
Euro	4,03375	25%
Cenário Remoto		
Dólar	3,98430	50%
Euro	4,84050	50%

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração estimou o fluxo de pagamentos de juros e principal de suas dívidas vinculadas a taxas de câmbio com base nas taxas de juros vigentes na data de encerramento deste exercício e nas taxas de câmbio apresentadas acima.

Os efeitos de exposição cambial, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir:

Descrição	Controladora e Consolidado			
	2014			
	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	3.285.788	4.107.235	4.928.682
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(3.103.400)	(3.879.250)	(4.655.100)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(245.166)	(306.458)	(367.749)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(24.985)	(31.231)	(37.478)
Total vinculado a taxas de câmbio		(87.763)	(109.704)	(131.645)

(b) Risco de taxa de juros**Ativos financeiros**

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente para Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e consequentemente, na remuneração desses ativos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP e no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais, da LIBOR no caso da dívida expressa em Dólares dos Estados Unidos da América.

Em 31 de dezembro de 2014, aproximadamente 90,4% (2013 – 89,9%) da dívida consolidada contratada, excluindo o saldo de ajuste proveniente das operações de derivativos, estava sujeita a taxas de juros flutuantes. Após as operações de derivativos, cerca de 93,1% (2013 – 87,2%) da dívida consolidada estava sujeita a taxas de juros flutuantes. A exposição mais relevante a taxa de juros para o endividamento da Companhia e de suas controladas após operações de "hedge" é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros e ajustes de "hedge". Porém, como o caixa da Companhia e de suas controladas está aplicado principalmente em títulos atrelados à variação do CDI, a exposição líquida ao CDI no circulante não constitui um risco material para a Companhia e suas controladas.

Há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de instrumentos para proteção contra a variação dessas taxas.

Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

	Controladora			
	2014		2013	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	756.324	756.324	290.376	290.376
Aplicações financeiras	65.276	65.276	58.929	58.929
Créditos com partes relacionadas	1.155.846	1.155.846	1.159.831	1.159.831
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	8.443.581	8.443.581	8.813.068	8.813.068
Instrumentos financeiros derivativos	7.494	7.494	25.297	25.297
	Consolidado			
	2014		2013	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	1.269.508	1.269.508	1.300.463	1.300.463
Aplicações financeiras	198.276	198.276	415.311	415.311
Créditos com partes relacionadas	1.671.965	1.671.965	2.153.059	2.153.059
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	10.697.564	10.697.564	11.539.332	11.539.332
Instrumentos financeiros derivativos	7.494	7.494	25.297	25.297

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção das taxas de juros flutuantes da dívida estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"		
	Controladora e Consolidado		
	Valor justo		
Vencimento	Valores a (pagar)/ a receber		
	2014	2013	
Contratos de "swap" US\$ LIBOR/Pré	0,5	(1.413)	(4.065)

	Derivativos não designados para contabilidade de "Hedge"		
	Controladora e Consolidado		
	Valor justo		
Vencimento	Valores a (pagar)/ a receber		
	2014	2013	
Contratos de "swap" US\$ LIBOR/Pré	1,1 - 1,4	(6.081)	(21.232)

As operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial são principalmente:

Contratos de "swap" de taxa de juros

US\$ LIBOR/ US\$ Pré: Referem-se a operações de "swap" de taxa de juros para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar com taxas flutuantes. Nestes contratos, a posição ativa é em LIBOR de Dólar e a posição passiva é em taxa pré-fixada. O risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na flutuação da LIBOR de Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar, indexadas a LIBOR.

US\$ Pré/US\$ LIBOR: Refere-se a operação de "swap" de taxa de juros para trocar os pagamentos da dívida contratada em Dólar com taxa pré-fixada para pós fixada. Neste contrato, a posição ativa é pré-fixada de Dólar e a posição passiva é em taxa LIBOR, com o objetivo de baratear o custo da dívida lastro, dentro da estratégia de gestão do passivo oneroso da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos nos montantes apresentados abaixo (vide Nota 7):

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Ganho (perda) com "swap" taxa de juros	(21.172)	(14.742)	(21.172)	(14.742)
Total	(21.172)	(14.742)	(21.172)	(14.742)

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos "hedges" de taxa de juros designados para fins de contabilidade de "hedge":

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Saldo inicial			111	111
Resultado dos "hedges" designados			1.987	1.987
Amortização dos "hedges" ao resultado pela taxa efetiva			(1.434)	(1.434)
Tributos diferidos sobre contabilidade de "hedge"			(188)	(188)
Saldo final			476	476

b.1) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado à TJLP, à LIBOR USD e principalmente ao CDI. O risco está associado à elevação dessas taxas.

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Administração estimou cenários de variação nas taxas DI, TJLP e LIBOR USD. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Cabe ressaltar, que, desde janeiro de 2013, a TJLP se mantém estável em 5% a.a.

Cenário provável	Cenários de taxas de juros							
	Cenário possível			Cenário remoto				
	USD	USD	USD	USD	USD	USD		
CDI	TJLP	LIBOR 6M	CDI	TJLP	LIBOR 6M	CDI	TJLP	LIBOR 6M
11,57%	5,00%	0,36280%	14,46%	6,25%	0,45350%	17,36%	7,50%	0,54420%

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração estimou os fluxos futuros de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI, à TJLP e à LIBOR USD com base nas taxas de juros apresentadas acima. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi.

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

Operação	Risco individual	Controladora e Consolidado		
		2014		
		Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	799.812	959.365	1.116.824
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	676.748	813.497	948.407
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	516.927	578.495	619.035
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	121.322	126.295	131.269
Derivativos (Posição Líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(93.827)	(97.985)	(102.145)
Total vinculado a taxas de juros		2.020.982	2.379.667	2.713.390

3.4.2. Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face à eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os "ratings" publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes. Em 31 de dezembro de 2014, aproximadamente 96,53% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de "rating" AAA, AA, A e de risco soberano.

3.4.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, investir em novos negócios, pagar dividendos e refinar dívidas.

As condições são atendidas com fluxo de caixa gerado internamente, dívidas de curto e longo prazos e financiamentos externos. Estas origens de recursos somadas à forte posição financeira da Companhia continuarão a permitir o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos.

O Grupo Oi possui três linhas de crédito rotativo, o que aumenta a liquidez no curto prazo e possibilita maior eficiência da gestão do caixa, sendo consistente com o seu foco estratégico na redução do custo do capital. As linhas de crédito rotativo foram contratadas em março de 2011, novembro de 2011 e em dezembro de 2012 junto a sindicatos compostos por diversos bancos comerciais globais.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados, quando aplicável:

	Controladora				
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2014					
Empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos (i)	2.476.661	6.978.173	1.495.515	437.922	11.388.271
Debêntures (i)		54.937	16.848	7.685	79.470
Fornecedores (ii)	724.771				724.771
Autorizações e concessões (iii)	76.949				76.949
	Consolidado				
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2014					
Empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos (i)	3.466.155	9.286.013	2.075.504	644.152	15.471.824
Debêntures (i)		54.937	16.848	7.685	79.470
Fornecedores (ii)	1.221.194				1.221.194
Autorizações e concessões (iii)	635.912	682.835	3.140		1.321.887

Os valores incluídos nas tabelas consideram as estimativas dos fluxos de pagamentos contratuais não descontados e não são conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos e fornecedores.

(i) Inclui estimativas de pagamentos de juros futuros, calculados com base nas taxas de juros aplicáveis a cada período e considera que todos os pagamentos de juros e principal seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente;

(ii) Consiste nas estimativas em obrigações de compra de equipamentos de rede de telefonia fixa e móvel no Brasil de acordo com as obrigações contratuais firmadas com nossos fornecedores, incluindo todos os termos significativos e o tempo aproximado da transação; e

(iii) Consiste em obrigações devidas à ANATEL relacionadas às autorizações de radiofrequências. Inclui juros acumulados e não pagos em cada período.

Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado.

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações), Dívida líquida (dívida bruta menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses, índice de cobertura de juros, conforme abaixo:

Dívida Bruta/EBITDA..... entre 2x e 4,0x
Dívida Líquida/EBITDA..... entre 1,4x e 3x
Índice de cobertura de juros(*)..... maior que 1,75

(*) Mede a capacidade da Companhia em cobrir suas obrigações futuras de juros.

3.4.4. Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital.

O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos "covenants" financeiros atrelados às dívidas, detalhado na Nota 17, na seção "Covenants".

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receita bruta de vendas e/ou serviços	15.309.276	16.962.312	32.846.177	33.370.683
Deduções da receita bruta	(3.709.260)	(4.275.872)	(9.975.332)	(10.022.545)
Tributos	(3.702.325)	(4.119.480)	(6.884.003)	(7.255.949)
Outras deduções	(6.935)	(156.392)	(3.091.329)	(2.766.596)
Receitas de vendas e/ou serviços	11.600.016	12.686.440	22.870.845	23.348.138

5. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Serviços de terceiros	(2.563.907)	(2.661.985)	(5.315.736)	(5.049.674)
Depreciação e amortização	(1.750.355)	(1.448.506)	(3.540.194)	(3.418.545)
Aluguéis e seguros	(1.297.261)	(940.876)	(3.054.483)	(2.338.543)
Interconexão	(3.037.920)	(3.838.199)	(2.331.249)	(3.462.136)
Pessoal	(735.549)	(748.123)	(1.910.093)	(1.815.698)
Serviço de manutenção da rede	(1.444.395)	(1.564.216)	(1.345.674)	(1.684.605)
Publicidade e propaganda	(284.927)	(103.235)	(748.311)	(539.455)
Custos de aparelhos e outros			(702.379)	(515.419)
FISTEL	(21.319)	(22.991)	(674.072)	(673.031)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(163.234)	(195.036)	(415.327)	(737.607)
Materiais	(96.306)	(91.564)	(301.018)	(193.617)
Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	(76.949)	(61.204)	(83.678)	(61.204)
Outros custos e despesas	(42.443)	(62.331)	(75.757)	(232.584)
Total	(11.514.565)	(11.738.266)	(20.497.971)	(20.722.118)
Classificados como:				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(8.138.108)	(8.495.237)	(13.415.718)	(13.617.969)
Despesas com vendas	(2.226.421)	(2.103.741)	(4.703.171)	(4.803.343)
Despesas gerais e administrativas	(1.150.036)	(1.139.288)	(2.379.082)	(2.300.806)
Total	(11.514.565)	(11.738.266)	(20.497.971)	(20.722.118)

6. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Outras receitas operacionais				
Ganho na alienação de investimentos (i)	2.463.209		2.457.025	
Recuperação de tributos e despesas recuperadas	556.156	237.825	759.178	586.690
Multas	79.837	88.394	123.136	124.847
Aluguel de infraestrutura operacional e outros	113.298	203.491	122.379	294.940
Serviços técnicos e administrativos	58.028	41.490	43.572	39.719
Dividendos prescritos	10.116	49	10.116	49
Receita na alienação de bens		212.216		213.854
Outras receitas	14.336	9.275	18.120	17.299
Total	3.294.980	792.740	3.533.526	1.277.398
Outras despesas operacionais				
Tributos	(311.346)	(393.728)	(737.841)	(890.729)
Provisões/reversões	(253.247)	(149.824)	(415.819)	(278.800)
Participação de empregados e administradores	(130.279)	48.395	(192.947)	64.630
Multas	(56.160)	(82.901)	(92.174)	(105.787)
Baixa de imobilizado	(27.021)	(242.103)	(29.534)	(242.876)
Descontos concedidos	(23.730)	(35.752)	(23.769)	(36.689)
Provisão para fundo de pensão e outros correlatos			(103)	(257)
Outras despesas	(261.853)	(129.701)	(592.292)	(263.899)
Total	(1.063.636)	(985.614)	(2.084.479)	(1.754.407)

(i) Alienação das torres móveis através da venda dos investimentos na Caryopoceae Participações S.A. (R\$ 1,3 bilhão) e Tupã Torres S.A. (R\$ 1,1 bilhão), vide Nota 27.

7. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	272.475	240.956	378.146	342.957
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	123.429	101.375	181.230	184.184
Rendimentos de aplicações financeiras	54.822	44.922	151.651	185.469
Dividendos recebidos (i)	32.060	78.173	32.060	78.173
Varição cambial sobre aplicações financeiras no exterior	24.891	74.056	26.757	76.005
Outras receitas	97.549	225.171	116.445	197.250
Total	605.226	764.653	886.289	1.064.038
Despesas financeiras e outros encargos				
a) Despesas com empréstimos e financiamentos				
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(717.182)	(553.863)	(1.036.002)	(745.720)
Varição monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	(350.567)	(587.545)	(350.632)	(589.737)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	(107.482)	(90.732)	(131.116)	(82.727)
Juros sobre debêntures	(2.831)	(2.662)	(2.831)	(2.662)
Operações de instrumentos financeiros derivativos	101.663	249.790	101.663	249.790
Sub-total:	(1.076.399)	(985.012)	(1.418.918)	(1.171.056)
b) Outros encargos				
Desvalorização com ativo financeiro disponível para venda (ii)	(664.115)	8.387	(664.115)	8.387
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(211.620)	(142.715)	(535.715)	(412.509)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(139.459)	(79.046)	(200.471)	(115.798)
Atualização monetária de provisões	(89.672)	(150.020)	(118.364)	(177.676)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(44.690)	(38.005)	(49.912)	(40.534)
Outras despesas	(92.814)	(67.285)	(184.614)	(128.846)
Sub-total:	(1.242.370)	(468.684)	(1.753.191)	(866.976)
Total	(2.318.769)	(1.453.696)	(3.172.109)	(2.038.032)
Resultado financeiro	(1.713.543)	(689.043)	(2.285.820)	(973.994)

(i) Em maio de 2014, a TMAR recebeu dividendos da PT de € 0,10 por ação, perfazendo o montante de € 8.965, os quais haviam sido atribuídos em 30 de abril de 2014.

(ii) Vide Nota 3.1 item (i).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(18.370)	(46.460)	(390.242)	(334.801)
Tributos diferidos	(558.462)	914	(584.045)	(61.336)
Total	(576.832)	(45.546)	(974.287)	(396.137)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro antes das tributações				
Resultado das empresas não sujeitas ao cálculo de IRPJ/CSLL			14.787	7.904
Total do resultado tributado	1.131.059	806.676	1.543.301	1.165.171
IRPJ e CSLL				
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	(384.560)	(274.270)	(524.722)	(396.158)
Equivalência patrimonial	179.454	251.742	(2.580)	(6.035)
Efeito tributário dos juros sobre o capital próprio	197.869	(45.900)	210.141	
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	1.524	(12.704)	35.986	31.516
Exclusões (adições) permanentes (ii)	(571.119)	35.586	(698.633)	25.294
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL				25.206
Ativo fiscal diferido não constituído (iii)			(46.917)	(75.960)
Ativo fiscal diferido constituído (iv)			52.438	
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	(576.832)	(45.546)	(974.287)	(396.137)

(i) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controladora TMAR e da controlada Oi Móvel, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.

(ii) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas indedutíveis, patrocínios, prescrição de dividendos e baixa de créditos fiscais não recuperáveis.

(iii) Referem-se a ajustes aos ativos fiscais diferidos em decorrência de controladas que não constituem crédito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa.

(iv) Refere-se substancialmente ao registro de tributos diferidos de controladas após a revisão das projeções de resultados indicarem a recuperabilidade dos valores.

As Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2014 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da Administração e os procedimentos instituídos pelo RTT – Regime Tributário Transitório.

A Administração efetuou uma avaliação inicial dos aspectos relevantes às suas operações/atividades, tendo por base as inovações na legislação fiscal trazidas pela Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013 ("MP 627/2013") e as posteriores alterações promovidas em seu texto original durante a sua tramitação pelo Congresso Nacional, resultando no Projeto de Lei de Conversão nº 02/2014 ("PLV 02/2014"), bem como o disposto na Instrução Normativa nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN nº 1.422 de 19 de dezembro de 2013 ("IN 1397/2013"). A partir desta avaliação, a Administração não apurou impactos relevantes em comparação ao regime ainda em vigor.

Ressalta-se que, o PLV 02/2014 resultou na publicação, em 14 de maio de 2014, da Lei nº 12.973/2014, a qual, em uma análise preliminar, não altera as conclusões acima expostas. A Companhia não optou por antecipar os efeitos decorrentes da referida lei. Não foram apurados ajustes por conta da não adesão antecipada.

9. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, são classificadas como mantidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Caixa e contas bancárias	236.618	133.992	440.162	281.622
Equivalentes de caixa	942.171	613.331	1.457.737	1.629.252
Total	1.178.789	747.323	1.897.899	1.910.874

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Fundos de investimentos exclusivos	287.241	240.714	695.397	1.015.755
CDB – Certificado de Depósito Bancário	476.380	156.149	579.715	391.543
Operações compromissadas	27.370	25.253	29.998	25.253
"Time Deposits"	151.122	191.117	151.122	191.117
Outros	58	98	1.505	5.584
Equivalentes de caixa	942.171	613.331	1.457.737	1.629.252

(b) Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Fundos de investimento exclusivos	147.198	86.866	187.379	362.529
Títulos privados		1.527	92.819	82.247
Aplicações financeiras	147.198	88.393	280.198	444.776
Circulante	147.198	86.866	187.379	362.529
Não circulante		1.527	92.819	82.247

(c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos exclusivos

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Operações compromissadas	217.460	72.721	504.534	571.652
CDB – Certificado de Depósito Bancário	40.878	36.522	160.140	312.337
"Time Deposits"	18.406	113.867	18.406	113.867
Outros	10.497	17.604	12.317	17.899
Títulos classificados em equivalentes de caixa	287.241	240.714	695.397	1.015.755
Títulos públicos	65.277	57.402	105.458	333.064
Outros	81.921	29.464	81.921	29.465
Títulos classificados em aplicações financeiras de curto prazo	147.198	86.866	187.379	362.529
Fundos de investimentos exclusivos	434.439	327.580	882.776	1.378.284

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras em fundos de investimentos exclusivos no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como "benchmark", o CDI no Brasil e a LIBOR no exterior.

10. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Serviços faturados	3.714.990	3.450.429	4.718.437	4.429.006
Serviços a faturar	436.948	471.918	862.483	993.171
Aparelhos e acessórios vendidos			1.013.157	779.280
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(23.514)	(89.652)	(182.302)	(295.731)
Total	4.128.424	3.832.695	6.411.775	5.905.726

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
A vencer	3.120.566	3.139.459	4.988.914	4.865.391
Vencidas até 60 dias	771.635	516.272	1.019.794	738.885
Vencidas de 61 a 90 dias	57.208	70.647	102.849	128.644
Vencidas de 91 a 120 dias	51.012	64.439	89.489	114.393
Vencidas de 121 a 150 dias	48.269	44.164	81.744	93.481
Vencidas acima de 150 dias	103.248	87.366	311.287	260.663
Total	4.151.938	3.922.347	6.5	

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

continuação

	PASSIVO			
	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Tributos correntes a recolher				
Impostos de renda a pagar	24.107	17.565	237.374	237.095
Contribuição social a pagar	8.795	6.332	91.181	87.771
Circulante	32.902	23.897	328.555	324.866

(i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.

(ii) Referem-se a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, mútuo, dividendos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

(iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente.

Adicionalmente, para as controladas diretas e indiretas que não apresentaram, em 31 de dezembro de 2014, históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como, os créditos tributários sobre diferenças temporárias. Os créditos não reconhecidos contabilmente totalizam R\$ 217.655 (2013 - R\$ 223.504).

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos, provenientes dos créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social e diferenças temporárias:

	Controladora	Consolidado
2015		338.671
2016		205.800
2017		235.702
2018	94.128	186.424
2019	383.196	513.852
2020 a 2022	1.531.521	1.596.502
2023 a 2024	115.143	115.143
Total	2.123.988	3.192.094

(iv) Referem-se principalmente a antecipações de tributos federais realizadas em anos anteriores, os quais serão compensados com tributos federais.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora			
	Saldo em 2013	Reconhecido no resultado IR/CS diferido	Reconhecido diretamente no patrimônio líquido	Saldo em 2014
Impostos diferidos ativos com relação a:				
Diferenças temporárias				
Provisão para participação nos lucros	29.946	3.246		33.192
Provisões	469.921	(18.464)		451.457
Provisões para créditos de liquidações duvidosa	422.927	5.290		428.217
Variações cambiais	338.292	(106.578)		231.714
Outras adições/exclusões temporárias	94.358	(181.567)		(87.209)
Ajuste no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	238.974	(238.974)		
Contabilidade de "hedge"	(3.356)		3.188	(168)
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL				
Prejuízos fiscais	751.744	(17.362)		734.382
Base negativa de CSLL	336.456	(4.053)		332.403
Total imposto diferido ativo	2.679.262	(558.462)	3.188	2.123.988

	Consolidado				
	Saldo em 2013	Reconhecido no resultado IR/CS diferido	Reconhecido diretamente no patrimônio líquido	Adições/ (compensações)	Saldo em 2014
Impostos diferidos ativos com relação a:					
Diferenças temporárias					
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	45.858	54.139			99.997
Provisão para participação nos lucros	38.572	15.943			54.515
Provisão para fundos de pensão	96	725	(615)		206
Provisões	532.574	(2.442)			530.132
Provisões para créditos de liquidações duvidosa	504.271	(13.588)			490.683
Variações cambiais	338.286	(106.578)			231.708
Outras adições/exclusões temporárias	288.355	(236.624)		50	51.781
Ajuste no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	238.974	(238.974)			
Contabilidade de "hedge"	(3.356)		3.188		(168)
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL					
Prejuízos fiscais	1.256.181	(39.249)			1.216.932
Base negativa de CSLL	533.705	(17.397)			516.308
Total imposto diferido ativo	3.773.516	(584.045)	2.573	50	3.192.094

	ATIVO			
	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
ICMS a recuperar (i)	684.368	719.999	1.098.262	1.337.459
PIS/COFINS	92.070	86.655	164.589	153.172
Outros	67.567	21.265	87.040	51.371
Total	844.005	827.919	1.349.891	1.542.002
Circulante	487.572	395.958	806.748	897.154
Não circulante	356.433	431.961	543.143	644.848

	PASSIVO			
	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
FUST/FUNTTTEL/Rádiodifusão	307.354	290.719	756.974	654.559
ICMS	247.463	160.631	430.128	520.142
PIS/COFINS	64.658	78.266	219.286	308.743
ICMS Convênio nº 69/1998	39.161	371.779	63.402	422.737
Outros	107.032	52.881	145.691	157.416
Total	765.668	954.276	1.615.481	2.063.597
Circulante	430.833	304.038	829.366	926.203
Não circulante	334.835	650.238	786.115	1.137.394

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

13. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota.

	Controladora			
	2014		2013	
	2014	2013	2014	2013
TNL PCS (i)				
Telemar Internet	299.817	147.505	6.101.213	
Serede	(70.677)	(70.677)	3.000	
Oi Móvel	262.220	2.555.003	4.473.443	
BrTI	13.364	13.364	697.155	
BrT Multimídia	76.014	450.195	76.014	
Copart 5	24.419	24.419	1.000	
BrT Call Center	(5.113)	(5.113)	11.270	
BrT Card	450	450	22.370	
Dommo	(420)	(420)	7.499.999	
AIX	(7.160)	(7.160)	11.265	
Total	740.419	9.256.987	9.256.987	(67.882)

(i) Empresa incorporada em fevereiro de 2014, conforme Nota 1.

14. INVESTIMENTOS

Participações avaliadas a:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
	Investimento em controladas	9.234.940	9.201.963	
Negócios em conjunto	51.905	55.024	74.803	86.633
Custo de aquisição (i)	25.544	36.208	35.391	47.293
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	8.676	8.676	23.895	23.895
Outros investimentos	249	249	249	326
Total	9.321.314	9.302.120	134.338	158.147

(i) O saldo inclui o montante de R\$ 21.558 relacionado ao investimento da TMAR na Hispamar Satélites S.A. ("Hispamar"), que tem como atividade principal a contratação de fabricação por terceiros, o lançamento e a operação de satélites, cuja participação é inferior a 20% e não há influência significativa na sua administração.

Resumo das movimentações dos saldos de investimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Saldo em 01/01/2013	13.456.209		163.888	
Equivalência patrimonial (i)		740.419		(17.750)
Redução de investimentos		(4.799.503)		
Juros sobre capital próprio		(135.000)		
Redução de investimentos		(30.000)		
Reclassificação de passivo a descoberto reconhecido em controlada		67.317		
Investimentos em entidades controladas em conjunto				5.500
Outros		2.678		6.509
Saldo em 2013	9.302.120		158.147	
Equivalência patrimonial (i)		527.807		(7.587)
Redução de investimentos		(244.221)		
Juros sobre capital próprio		(36.368)		
Dividendos		(361.749)		
Reclassificação de passivo a descoberto reconhecido em controlada		132.612		
Investimentos em entidades controladas em conjunto				1.000
Outros		1.113		(17.222)
Saldo em 2014	9.321.314		134.338	

(i) No consolidado a equivalência patrimonial é relativa aos investimentos de negócios em conjunto, AIX e Paggo Soluções.

Os principais dados relativos às participações diretas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial são os seguintes:

	Controladas e Negócios em conjunto	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Controladora 2014			Participação - % Capital total	Participação - % Capital votante
				Qtde. milhares de Ações				
				Ordinárias	Preferenciais	Cotas		
Telemar Internet	400.668	311.449				188.903	100	100
Serede	(199.611)	(132.231)		3.000			100	100
Oi Móvel	7.931.993	229.472		14.209.581			100	100
BrTI	234.771	(47.891)		697.155			100	100
BrT Multimídia	520.651	96.716			446.245		99,99	99,99
Copart 5	118.519	38.435		1.000			100	100
BrT Call Center	20.355	484		11.270		22.370	100	100
BrT Card	7.983	593			7.499.999		100	100
Dommo	(882)	(380)		11.265		22.531	100	100
AIX	51.905	2.123		298.563			50	50

(i) Empresa incorporada em fevereiro de 2014, conforme Nota 1.

continua

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

Informações financeiras resumidas

Controladas e Negócios em conjunto	2014		
	Ativos	Passivos	Receitas
Telemar Internet	716.601	315.933	750.927
Serede	130.444	330.055	268.455
Oi Móvel	18.039.601	10.107.608	11.165.931
BrTI	282.391	47.620	
BrT Multimídia	690.444	169.793	244.246
Copart 5	639.256	520.737	81.632
BrT Call Center	258.960	238.605	572.860
BrT Card	8.623	640	
Dommo	70	952	
AIX	59.683	7.778	51.077

Controladas e Negócios em conjunto	2013		
	Ativos	Passivos	Receitas
TNL PCS (i)	14.387.646	8.782.310	10.456.582
Telemar Internet	439.666	275.245	432.011
Serede	60.338	127.718	195.165
Oi Móvel	5.235.501	2.680.498	2.518.491
BrTI	378.801	86.611	1.198
BrT Multimídia	714.742	264.547	238.632
Copart 5	592.402	484.986	76.399
BrT Call Center	206.539	186.668	482.010
BrT Card	9.662	2.131	
Dommo	13	515	
AIX	59.536	4.512	32.843

(i) Empresa incorporada em fevereiro de 2014, conforme Nota 1.

15. IMOBILIZADO

Custo do imobilizado (valor bruto)	Controladora						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros (1)	Infra-estrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Saldo em 01/01/2013	2.326.991	10.055.808	14.166.572	19.882.604	2.251.458	1.331.016	50.014.449
Adições	1.199.027	48.927	727.980	485.847	17.173	(167.710)	2.311.244
Baixas	(118.492)			(142.193)		(417)	(261.102)
Transferências	(806.337)	41.707	327.863	490.097	(146.190)	92.860	
Saldo em 2013	2.601.189	10.146.442	15.222.415	20.716.355	2.122.441	1.255.749	52.064.591
Adições	667.614	48.868	867.905	143.078	76.569	42.826	1.846.860
Baixas	(6.325)		(6.325)	(5.650)		(1.715)	(13.690)
Transferências	(1.650.140)	52.190	1.068.212	265.379	162.022	102.337	
Transferência de ativos mantidos para venda (Monet)				230	89.012	392	89.634
Saldo em 2014	1.618.663	10.247.500	17.152.207	21.119.392	2.450.044	1.399.589	53.987.395
Depreciação acumulada							
Saldo em 01/01/2013		(9.390.785)	(11.213.674)	(16.359.101)	(1.542.210)	(1.069.618)	(39.575.388)
Despesas de depreciação		(102.604)	(588.750)	(494.181)	(34.086)	(55.970)	(1.275.591)
Baixas				81.976		416	82.392
Transferências		(6)	(93)	(966)	1.573	(508)	
Saldo em 2013		(9.493.395)	(11.802.517)	(16.772.272)	(1.574.723)	(1.125.680)	(40.768.587)
Despesas de depreciação		(112.163)	(1.161.505)	(153.837)	(43.950)	(68.403)	(1.539.858)
Baixas			5.930	5.491		1.715	13.136
Transferências		15	81	(1.497)	5.972	(4.571)	
Transferência de ativos mantidos para venda (Monet)				(31)	(67.571)	(47)	(67.649)
Saldo em 2014		(9.605.543)	(12.958.011)	(16.922.146)	(1.680.272)	(1.196.986)	(42.362.958)
Imobilizado líquido							
Saldo em 2013	2.601.189	653.047	3.419.898	3.944.083	547.718	130.069	11.296.004
Saldo em 2014	1.618.663	641.957	4.194.196	4.197.246	769.772	202.603	11.624.437
Taxa anual de depreciação (média)		11%	10%	8%	8%	12%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

Custo do imobilizado (valor bruto)	Consolidado						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros (1)	Infra-estrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Saldo em 01/01/2013	3.180.174	12.321.223	20.286.205	21.337.088	2.446.014	2.708.668	62.279.372
Aumento por Reorganização Societária	132.175	438.870	1.895.546	240.432	324.958	380.850	3.412.831
Adições	2.042.972	250.288	1.473.240	595.442	42.752	(82.494)	4.322.200
Baixas	(227.555)		(9.852)	(199.788)	(90)	(39.310)	(476.595)
Transferências	(1.430.209)	227.428	679.427	542.169	(137.597)	118.782	
Transferências para ativos mantidos para venda				(125.920)	(448.815)		(574.735)
Saldo em 2013	3.697.557	13.237.809	24.324.566	22.389.423	2.227.222	3.086.496	68.963.073
Adições	1.979.178	58.658	894.330	201.380	77.458	64.924	3.275.928
Baixas	(3.525.578)	210.631	4.585.345	(1.392.243)	12.090	109.755	(82.013)
Transferências							
Transferência de ativos mantidos para venda				422	94.288	392	95.102
Saldo em 2014	2.151.157	13.507.098	29.795.433	21.127.504	2.411.058	3.259.840	72.252.090
Depreciação acumulada							
Saldo em 01/01/2013		(10.637.536)	(14.217.059)	(17.121.761)	(1.609.235)	(1.922.312)	(45.507.903)
Aumento por Reorganização Societária		(237.909)	(1.216.590)	(143.768)	(245.485)	(243.156)	(2.086.908)
Despesas de depreciação		(311.988)	(1.306.450)	(576.858)	(62.814)	(182.602)	(2.440.712)
Baixas			5.240	98.536		11.325	115.101
Transferências		(2)	(57)	(992)	1.573	(522)	
Transferências para ativos mantidos para venda				39.090	354.459		393.549
Saldo em 2013		(11.187.435)	(16.734.916)	(17.705.753)	(1.561.502)	(2.337.267)	(49.526.873)
Despesas de depreciação		(284.437)	(1.856.748)	(227.832)	(60.718)	(105.819)	(2.535.554)
Baixas			8.125	20.970		1.720	30.815
Transferências		15	76	(175)	4.645	(4.561)	
Transferência de ativos mantidos para venda				(50)	(68.538)	(47)	(68.635)
Saldo em 2014		(11.471.857)	(18.583.463)	(17.912.840)	(1.686.113)	(2.445.974)	(52.100.247)
Imobilizado líquido							
Saldo em 2013	3.697.557	2.050.374	7.589.650	4.683.670	665.720	749.229	19.436.200
Saldo em 2014	2.151.157	2.035.241	11.211.970	3.214.664	724.945	813.866	20.151.843
Taxa anual de depreciação (média)		11%	10%	8%	8%	12%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da Companhia que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo residual dos bens reversíveis da Companhia tanto na controladora quanto no consolidado são de R\$ 5.357.814 (2013 - R\$ 4.859.521) composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento na taxa média de 9% a.a..

16. INTANGÍVEL

Custo do intangível	Controladora					
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Marcas e patentes	Outros ativos	Total
Saldo em 01/01/2013	99.528	1.769.085	230.030	6.410	126.508	2.231.561
Adições	55.268	193.744			511	249.523
Saldo em 2013	154.796	1.962.829	230.030	6.410	127.019	2.481.084
Adições	20.718	180.048			3.087	203.853
Transferências	(151.874)	149.390			2.484	
Saldo em 2014	23.640	2.292.267	230.030	6.410	132.590	2.684.937
Amortização acumulada						
Saldo em 01/01/2013		(1.385.449)	(141.531)	(5.340)	(104.277)	(1.636.597)
Despesas de amortização		(135.947)	(33.891)		(3.077)	(172.915)
Transferências		(3)			3	
Saldo em 2013		(1.521.399)	(175.422)	(5.340)	(107.351)	(1.809.512)
Despesas de amortização		(173.565)	(33.891)		(3.041)	(210.497)
Transferências						
Saldo em 2014		(1.694.964)	(209.313)	(5.340)	(110.392)	(2.020.009)
Intangível líquido						
Saldo em 2013	154.796	441.430	54.608	1.070	19.668	671.572
Saldo em 2014	23.640	597.303	20.717	1.070	22.198	664.928
Taxa anual de amortização (média)		20%	9%		20%	

Custo do intangível	Consolidado						
	Ágio ("Goodwill")	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Marcas e patentes	Outros ativos	Total
Saldo em 01/01/2013	81.948	280.946	3.111.768	2.982.408	7.113	518.361	6.982.544
Aumento por Reorganização Societária	390.683	4.366	798.289	392.880	139	579.699	2.166.056
Adições		164.648	270.324	78.189		226.659	739.820
Baixas						(2.079)	(2.079)
Transferências		(258.380)	209.855			48.525	
Saldo em 2013	472.631	191.580	4.390.236	3.453.477	7.252	1.371.165	9.886.341
Adições		409.662	192.959			195.867	798.488
Baixas	(1.754)	(1.574)				(14.902)	(18.230)
Transferências		(553.188)	459.426			93.762	
Saldo em 2014	470.877	46.480	5.042.621	3.453.477	7.252	1.645.892	10.666.599
Amortização acumulada							
Saldo em 01/01/2013	(8.047)		(2.154.158)	(1.491.486)	(5.333)	(203.949)	(3.862.973)
Aumento por Reorganização Societária	(317.533)		(687.521)	(183.841)	(3)	(199.214)	(1.388.112)
Despesas de amortização			(395.006)	(244.124)		(338.703)	(977.833)
Baixas						2.074	2.074
Transferências		(5)	3			2	
Saldo em 2013	(325.580)	(5)	(3.236.682)	(1.919.451)	(5.336)	(739.790)	(6.226.844)
Despesas de amortização			(461.517)	(321.614)		(221.509)	(1.004.640)
Baixas	1.433					2.981	4.414
Transferências							
Saldo em 2014	(324.147)	(5)	(3.698.199)	(2.241.065)	(5.336)	(958.318)	(7.227.070)
Intangível líquido							
Saldo em 2013	147.051	191.575	1.153.554	1.534.026	1.916	631.375	3.659.497
Saldo em 2014	146.730	46.475	1.344.422	1.212.412	1.916	687.574	3.439.529
Taxa anual de amortização (média)			20%	9%		16%	

Ágios ("Goodwill")

A Companhia e suas controladas possuem ágios na aquisição de investimentos fundamentados na expectativa de rentabilidade futura ("goodwill").

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

continuação

Custos de transações por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Instituições financeiras	164.615	196.458	179.539	216.429
BNDES	640	737	6.398	4.816
Total	165.255	197.195	185.937	221.245
Circulante	41.235	41.682	44.617	45.049
Não circulante	124.020	155.513	141.320	176.196

Composição da dívida por moeda

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Reais	7.153.687	6.280.593	10.485.092	10.167.405
Dólar Norte-Americano	3.177.089	4.233.786	3.177.089	4.233.786
Total	10.330.776	10.514.379	13.662.181	14.401.191

Composição da dívida por indexador

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Libor Dólar	2.536.173	3.743.010	2.536.173	3.743.010
CDI	4.277.086	3.858.773	3.789.668	3.287.611
TJLP	1.630.322	1.211.285	4.371.723	4.508.711
IPCA	1.029.988	976.312	1.497.366	1.420.101
Taxa pré-fixada	857.207	724.999	1.406.818	1.381.492
INPC			60.433	60.266
Total	10.330.776	10.514.379	13.662.181	14.401.191

Cronograma de vencimento da dívida de longo prazo e cronograma de apropriação do custo de transação

	Dívida de longo prazo		Custo de transação	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2014			
2016	3.083.611	3.372.783	31.281	34.698
2017	1.734.916	2.547.140	24.210	27.614
2018	1.730.623	2.537.152	23.815	27.142
2019	826.665	1.070.387	19.839	22.123
2020 e exercícios seguintes	1.210.986	1.688.189	24.875	29.743
Total	8.586.801	11.215.651	124.020	141.320

Descrição das principais captações de empréstimos e financiamentos

Financiamento em moeda nacional

Bancos de Desenvolvimento

A Companhia, a TNL PCS (incorporada pela Oi Móvel em 1 de fevereiro de 2014), a Oi e a Oi Móvel, contrataram financiamentos junto ao BNDES com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede fixa e móvel em todo o território nacional e atendimento às obrigações regulatórias.

Em abril de 2014, Companhia, a Oi e a Oi Móvel desembolsaram R\$ 836 milhões (sendo R\$ 209,7 milhões para a Oi, R\$ 408,4 milhões para a Companhia e R\$ 217,9 milhões para a Oi Móvel). Os custos de transação associados a esta emissão, no valor de R\$ 3,4 milhões, são amortizados no resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

No decorrer de 2014, foram amortizadas parcelas de principal mais os juros atualizados, no montante total de R\$ 120.684 milhões na controladora e R\$ 1.223.348 milhões no consolidado.

Os custos da Companhia, associados à emissão desta transação, no valor de R\$ 3,4 milhões, são amortizados no resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

Adicionalmente, a Companhia e a TNL PCS (incorporada pela Oi Móvel em 1 de fevereiro de 2014) possuem vigentes contratos de financiamento com o BNDES e outros bancos de desenvolvimento da região Norte e Nordeste, celebrados nos anos de 2006, 2008, 2009 e 2010 para amparar seus projetos de investimento com os objetivos já mencionados.

CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários

Em agosto de 2010, a Companhia e a Oi (controladora direta da Companhia) transferiram, através de integralização de capital, a propriedade de 162 bens reversíveis imóveis para Copart 4 e 101 bens reversíveis imóveis para Copart 5, respectivamente.

A Copart 4 e a Copart 5 cederam os direitos aos fluxos de recebíveis dos contratos de locação à BSCS - *Brazilian Securities* Companhia de Securitização, que emitiu os CRI's lastreados pelos recebíveis dos referidos contratos.

Em junho de 2012, a Copart 4 e a Copart 5 promoveram o resgate antecipado de uma das duas séries do CRI no montante de R\$ 392,5 milhões.

Os ativos e passivos da Copart 4 encontram-se consolidados nos saldos das Demonstrações Financeiras da Companhia, devido aos principais riscos e benefícios dessa transação permanecerem na controladora.

Financiamentos em moeda estrangeira

Linhas de crédito de ECA

A Companhia contrata financiamentos junto a agências de crédito à exportação com o objetivo de financiar parte dos investimentos em equipamentos e serviços que incorporam tecnologia internacional.

Em junho de 2014, foram amortizados US\$ 382,5 milhões (R\$ 855,8 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao "China Development Bank" em junho de 2011.

Em maio de 2014, foram amortizados US\$ 30,3 milhões (R\$ 67,8 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto a "Cisco System Capital" em março de 2011.

Em abril de 2014, foram desembolsados US\$ 98,1 milhões (R\$ 222,8 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao "Export Development Canada" em julho de 2012.

A Companhia possui vigente contratos com as principais agências de crédito à exportação, dentre elas: SEK - "Swedish Export Corporation"; CDB - "China Development Bank"; ONDD - "Office National Du Ducreire"; e FEC - "Finnish Export Credit".

Debêntures públicas

Emissor	Emissão	Principal	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				2014	2013	2014	2013
TMAR	2ª	R\$ 31 milhões	2021	47.011	44.180	47.011	44.180
		Debêntures públicas		47.011	44.180	47.011	44.180

As debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas, não possuem cláusulas de repactuação.

Garantias

Os financiamentos do BNDES possuem garantias em recebíveis da Companhia, da TNL PCS (incorporada pela Oi Móvel em 1 de fevereiro de 2014) e aval da Oi e das companhias, no montante de R\$ 4.864.430 (2013 - R\$ 5.055.978).

Os empréstimos do Banco do Nordeste do Brasil S.A. possuem garantias em recebíveis da TMAR e TNL PCS (incorporada pela Oi Móvel em 1 de fevereiro de 2014) e aval da TMAR, no montante de R\$ 192.742 (2013 - R\$ 239.001).

"Covenants"

Os contratos de financiamentos com o BNDES, com outras instituições financeiras e as emissões de Debêntures, da Companhia e da TNL PCS (incorporada pela Oi Móvel em 1 de fevereiro de 2014), exigem cumprimento de índices financeiros. Os índices financeiros nos contratos com o BNDES são apurados semestralmente, em junho e dezembro. Os demais são apurados trimestralmente.

Especificamente nos contratos com o BNDES, os índices financeiros são apurados com base nas informações contábeis/financeiras consolidadas da Companhia.

No fechamento das Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2014 todos os índices foram cumpridos.

Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

Em novembro de 2011 a Companhia, a TNL PCS (incorporada pela Oi Móvel em 1 de fevereiro de 2014), a Oi e a Oi Móvel contrataram uma linha de crédito rotativo ("Revolver Credit Facility"), no valor de US\$ 1 bilhão para um prazo de cinco anos a um custo de Libor +0,90% a.a., junto a um sindicato composto por nove bancos comerciais globais, tendo como líderes os bancos "Bank of America N.A. Merrill Lynch", "Pierce, Fenner & Smith Incorporated", "HSBC Securities (USA) Inc", "RBS Securities Inc" e "Citibank N.A.". Também participaram do sindicato, em diferentes níveis, os bancos "Tokio Mitsubishi UFJ", "Barclays PLC", "Deutsche Bank AG", "Morgan Stanley N.A." e "Sumitomo Mitsui".

As operações de linha de crédito rotativo foram estruturadas de forma que as Companhias possam fazer uso da linha de crédito a qualquer momento, ao longo dos prazos contratados. Essas operações formam um significativo colchão de liquidez, fortalecendo a estrutura de capital e perfil de crédito do grupo, além de possibilitar maior eficiência da gestão do caixa.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Ativos				
Contratos de "swap" - cambial	758.843	558.015	758.843	558.015
Contratos de "Non Deliverable Forward" - NDF	12.488	46.909	12.488	46.909
Total	771.331	604.924	771.331	604.924
Circulante	103.159	86.442	103.159	86.442
Não circulante	668.172	518.482	668.172	518.482

Passivos

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Contratos de "swap" - cambial	87.244	137.855	87.244	137.855
Contratos de "swap" - taxa de juros	7.494	25.297	7.494	25.297
Contratos de "Non Deliverable Forward" - NDF	348	443	348	443
Total	95.086	163.595	95.086	163.595
Circulante	79.845	100.319	79.845	100.319
Não circulante	15.241	63.276	15.241	63.276

19. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
SMP			1.238.209	1.484.407
Concessões STFC	76.949		83.678	
Total	76.949		1.321.887	1.484.407
Circulante	76.949		635.912	457.173
Não circulante			685.975	1.027.234

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de leilões.

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	Controladora	Consolidado
	2014	2013
2015	76.949	635.912
2016		679.977
2017		2.858
2018		2.858
2019 em diante		282
Total	76.949	1.321.887

20. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 e Lei nº 12.865/2013	422.238	495.817	468.323	542.870
REFIS II - PAES	1.612	6.789	1.990	7.533
Total	423.850	502.606	470.313	550.403
Circulante	36.731	43.074	41.451	47.464
Não circulante	387.119	459.532	428.862	502.939

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, segregados em principal, multas e juros - incluindo-se, aí, os débitos indicados por ocasião da reabertura do prazo para adesão levada a efeito pela Lei nº 12.865/2013 e 12.996/2014 -, são compostos como segue:

	Consolidado				
	Principal	Multas	2014		2013
			Juros	Total	Total
COFINS	87.289	14.322	187.324	288.935	368.224
Imposto de renda	56.329	2.136	37.503	95.968	87.891
PIS	19.040	179	14.823	34.042	29.402
Contribuição social	16.314	1.034	7.618	24.966	25.200
INSS	1.624	1.273	5.676	8.573	16.142
CPMF	36	35	174	245	328
Outros	3.713	1.111	12.760	17.584	23.216
Total	184.345	20.090	265.878	470.313	550.403

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	Controladora	Consolidado
	2014	2013
2015	36.731	41.451
2016	43.103	47.832
2017	43.103	47.832
2018	43.103	47.832
2019	43.103	47.832
2020 a 2022	129.310	143.497
2023 a 2026	85.397	94.037
Total	423.850	470.313

Os refinanciamentos pactuados nos termos da Lei nº 11.941/09 e 12.865/13 foram pactuados em 180 meses. As empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do parcelamento, podendo ser excluídas do programa caso mantenham em aberto três parcelas, consecutivas ou não, ou uma parcela, estando pagas todas as demais.

Os débitos da Companhia e de suas controladas encontram-se em consolidação pela Receita Federal do Brasil, ainda sujeitos a confirmação. Os depósitos judiciais relacionados aos processos transferidos para o novo parcelamento serão convertidos, na forma da legislação aplicável, em renda para a União.

A Companhia e algumas de suas controladas aderiram ao novo programa de parcelamento instituído pelo art. 2º da Lei nº 12.996/2014, no qual puderam ser incluídos débitos relativos a tributos federais vencidos até 31 de dezembro de 2013. Ao formalizar a sua adesão ao novo programa, a Companhia optou por efetuar o pagamento dos débitos em 30 prestações mensais.

Em novembro de 2014, os saldos dos novos parcelamentos formalizados pela Companhia e suas controladas nos termos do art. 2º da Lei nº 12.996/2014 foram integralmente quitados na forma prevista pelo art. 33 da Lei nº 13.043/2014, ou seja, mediante a compensação de 70% desses valores com montantes de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas de CSLL próprios das sociedades, com o pagamento em espécie do saldo remanescente de 30%. Os requisitos previstos no mencionado diploma legal, e no ato administrativo que regulamentou a sua aplicação foram integralmente cumpridos dentro dos prazos estabelecidos, incluindo o recolhimento dos valores cujo pagamento deveria ser feito em espécie, ficando as compensações efetuadas sujeitas à análise e confirmação pela Receita Federal do Brasil.

21. PROVISÕES

Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Tributárias				
(i) ICMS	204.386	185.521	270.734	236.946
(ii) FUST / FUNTTEL		140.907		147.350
(iii) ISS	58.587	54.612	71.130	65.722
(iv) ILL	20.691	19.998	20.691	19.998
(v) INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	26.114	8.944	28.101	9.438
(vi) Demais ações	36.244	23.522	43.143	30.087
Total	346.022	433.504	433.799	509.541
Trabalhistas				
(i) Horas extras	198.572	211.337	213.433	228.046
(ii) Indenizações	70.646	69.760	80.653	77.125
(iii) Adicionais diversos	66.873	63.993	75.909	71.612
(iv) Estabilidade / reintegração	45.321	43.180	52.112	46.231
(v) Complemento de aposentadoria	29.329	31.696	29.336	31.658
(vi) Diferenças salariais	19.966	22.418	21.132	23.307
(vii) Verbas rescisórias	11.650	12.989	13.425	16.539
(viii) Multas trabalhistas	11.138	11.485	11.581	12.554
Honorários advocatícios/periciais	9.239	9.077	11.491	10.534
(ix) Vínculo empregatício	5.348	4.965	5.469	5.076
(x) FGTS	3.335	3.611	3.537	4.367
(xi) Subsidiariedade	730	853	731	1.037
(xii) Demais ações	20.036	16.148	23.277	17.740
Total	492.183	501.512	542.086	545.826
Cíveis				
(i) Multas ANATEL	360.855	360.129	375.128	390.976
(ii) Estimativas ANATEL	369.336	334.215	400.134	347.843
(iii) Juizado Especial	77.764	48.366	134.087	89.139
(iv) Demais ações	267.133	262.366	304.459	301.239
Total	1.075.088	1.005.076	1.213.808	1.129.197
Total das provisões	1.913.293	1.940.092	<	

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

Detalhamento do passivo contingente, por natureza

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

	Consolidado	
	2014	2013
Trabalhista	542.332	409.898
Tributária	15.553.865	12.444.562
Cível	788.011	693.960
Total	16.884.208	13.548.420

Resumo das movimentações dos saldos de provisões

	Controladora			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 01/01/2013	420.090	680.624	1.033.826	2.134.540
Adições / Reversões	53.716	(54.965)	151.073	149.824
Baixas por pagamento/encerramentos	(108.180)	(246.790)	(139.322)	(494.292)
Atualização monetária	67.878	122.643	(40.501)	150.020
Saldo em 2013	433.504	501.512	1.005.076	1.940.092
Adições / Reversões	(5.290)	33.294	225.243	253.247
Baixas por pagamento/encerramentos	(44.575)	(141.074)	(184.069)	(369.718)
Atualização monetária	(37.617)	98.451	28.838	89.672
Saldo em 2014	346.022	492.183	1.075.088	1.913.293

	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 01/01/2013	483.178	694.767	1.104.376	2.282.321
Aumento por Reorganização Societária	18.194	17.286	37.319	72.799
Adições / Reversões	62.015	(39.456)	256.241	278.800
Baixas por pagamento/encerramentos	(133.428)	(255.934)	(237.670)	(627.032)
Atualização monetária	79.582	129.163	(31.069)	177.676
Saldo em 2013	509.541	545.826	1.129.197	2.184.564
Adições / Reversões	8.833	47.414	359.572	415.819
Baixas por pagamento/encerramentos	(55.263)	(154.743)	(319.048)	(529.054)
Atualização monetária	(29.312)	103.589	44.087	118.364
Saldo em 2014	433.799	542.086	1.213.808	2.189.693

Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes**Provisões****Tributárias:**

(i) Tributos estaduais – Exigência de ICMS sobre operações que, no entendimento da Companhia, não são passíveis de tributação por este imposto. Discussões sobre créditos de ICMS tomados pela Companhia, cuja validade ou legalidade é contestada pelos Fiscos Estaduais.

(ii) FUNTTEL - A provisão foi constituída com base na alteração introduzida quanto à forma de cálculo do FUST pela súmula 7 da ANATEL (que deixou de permitir a exclusão das despesas relativas a EILD e interconexão da base de cálculo, inclusive retroativamente) e no potencial impacto na base de cálculo do FUNTTEL. A partir da avaliação dos assessores jurídicos contratados pela Companhia para patrocinar os processos administrativos e judiciais em que a matéria é discutida no sentido de que o risco de perda seria possível, a Administração promoveu a reversão dos saldos provisionados a este título.

(iii) ISS - A Companhia mantém provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência de ISS sobre diversos serviços de valor adicionado, técnicos e administrativos, além de locação de equipamentos.

(iv) ILL - A Companhia compensou o valor do ILL recolhido até o ano-calendário de 1992 com base em decisões do STF acerca da inconstitucionalidade do referido imposto. Entretanto, embora o mérito da discussão já esteja pacificado no âmbito dos tribunais superiores, uma provisão ainda é mantida tendo em vista que não existe decisão definitiva sobre os critérios de atualização daqueles créditos.

(v) INSS - Provisão relacionada, substancialmente, a parcela de perda provável das discussões de responsabilidade solidária e verbas indenizatórias.

(vi) Demais ações - Refere-se, substancialmente, a provisões para fazer face à autuações fiscais de IPTU e a diversas autuações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social.

Trabalhistas:

(i) Horas extras - Referem-se ao pleito de pagamento salarial e de adicional em razão de trabalho supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente contratada.

(ii) Indenizações - Referem-se a valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, veículos locados, doença do trabalho, dano moral e estabilidade provisória.

(iii) Adicionais diversos - Refletem, substancialmente, as expectativas de perda nas ações que dizem respeito à exigibilidade do pagamento de adicional de periculosidade para empregados que desempenham funções em um ambiente considerado perigoso, principalmente próximo às instalações de alta tensão.

(iv) Estabilidade / reintegração - Refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa.

(v) Complemento de aposentadoria - Diferenças supostamente devidas no salário de benefício referente a verbas trabalhistas.

(vi) Diferenças salariais - Referem-se, principalmente, a pedidos de incidência de aumentos salariais decorrentes de negociações sindicais supostamente descumpridas. Já os reflexos dizem respeito à repercussão do aumento salarial supostamente devido nas demais verbas calculadas com base no salário do empregado.

(vii) Verbas rescisórias - Referem-se a verbas supostamente não adimplidas na rescisão contratual ou suas diferenças.

(viii) Multas trabalhistas - Valores decorrentes do atraso ou não pagamento de determinadas verbas do contrato de trabalho, nos prazos previstos nas legislações vigentes e acordos e convenções coletivas.

(ix) Vínculo empregatício - Reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Companhia e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta.

(x) FGTS - Reclamações referentes as diferenças devidas quanto ao depósito do FGTS do reclamante e, ainda, diferenças oriundas dos expurgos inflacionários nas contas de FGTS em função das perdas monetárias geradas pelos Planos Econômicos das décadas de 80 e 90, bem como a consequente diferença no pagamento da multa de 40% do FGTS prevista nas demissões sem justa causa, provenientes desses mesmos expurgos.

(xi) Subsidiariedade - Reclamações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade subsidiária pelos créditos porventura devidos e não liquidados pelas empresas terceirizadas, normalmente em decorrência do encerramento das atividades destas empresas.

(xii) Demais ações - Referem-se a questionamentos diversos relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros.

No exercício de 2013, a Administração revisou a metodologia de apuração das provisões para perdas em processos trabalhistas incluindo técnicas estatísticas, em função de maior experiência acumulada no assunto. A mudança de estimativa gerou uma reversão na controladora no montante de R\$ 152.174 (líquido de impostos, no montante de R\$ 100.435).

Cíveis:

(i) Multas ANATEL - Referem-se, substancialmente, as provisões de PADO's – Procedimento de Apuração por Descumprimento de Obrigações, de PGMQ – Plano Geral de Metas de Qualidade e de RIQ – Regulamento de Indicadores de Qualidade.

(ii) Estimativas ANATEL - Referem-se, substancialmente, a descumprimento das obrigações de PGMU - Plano Geral de Metas de Universalização e PGMQ – Plano Geral de Metas de Qualidade.

(iii) Juizados Especiais Cíveis - Questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos.

(iv) Demais ações - Refere-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, indenização de ex-fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra as controladas da Companhia, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais, para os quais a Administração e seus consultores jurídicos atribuem prognósticos de perda provável, entre outros.

Passivo contingente

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Tributárias:

(i) ICMS – Autuações fiscais que alcançam o montante aproximado de R\$ 6.330.536 (2013 - R\$ 4.602.018). Dentre essas autuações, destacam-se dois objetos principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributadas pelo ISS, ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos necessários à manutenção da rede.

(ii) Tributos municipais - Autuações referentes a tributos lançados pelas autoridades municipais, dentre os quais se destacam aquelas pertinentes a aluguel de equipamentos, serviços despertador, entre outros serviços de comunicação. O montante total envolvido é de aproximadamente R\$ 2.239.132 (2013 - R\$ 1.621.278), sendo que não estão provisionados por serem consideradas pelos advogados responsáveis com risco de perda possível, já que essas atividades não se enquadram na lista de incidência do ISS ou já são tributadas pelo ICMS. Ademais, fortalecendo os argumentos de defesa, o STF decidiu no último trimestre de 2001 que o ISS não deve incidir sobre locação de equipamentos, sendo que parte substancial dos valores autuados refere-se a esta modalidade de receita.

(iii) INSS - Processos no montante aproximado de R\$ 611.470 (2013 - R\$ 606.451) relacionados, principalmente, à responsabilidade subsidiária, percentual aplicável de SAT - Seguro de Acidente de Trabalho e verbas passíveis de incidência de contribuição previdenciária. Dentre os quais destaca-se a cobrança efetuada a TMAR pelas autoridades

previdenciárias (NFLD's de julho de 2005) que questiona a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados, cujo pagamento foi realizado nos termos da Lei nº 10.101 e do art. 7º da Constituição Federal de 1988, não devendo integrar a base de cálculo da referida contribuição. O valor referente a esta autuação monta a R\$ 279.037 (2013 - R\$ 271.863).

(iv) Tributos federais – As autuações de tributos federais, são relativas, principalmente, a procedimentos de compensação e de denúncia espontânea realizados, bem como de glosas efetuadas na apuração dos tributos, no valor aproximado de R\$ 3.538.737 (2013 - R\$ 3.347.207). A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, considera como possíveis chances de perdas nesses processos, razão pela qual não constitui provisão para eventuais perdas.

Seguem abaixo relacionadas, demais cobranças efetuadas pelas autoridades federais:

• A Companhia possui diversos casos administrativos e judiciais de compensação, nos quais se discute créditos de pagamento a maior de PIS e COFINS, decorrente em sua maioria de alargamento de base de cálculo – Lei nº 9.718/98, exclusão da base de cálculo de receitas de interconexão, exclusão de receitas de telecomunicações do sistema cumulativo, bem como de pagamento a maior de IRPJ e CSLL. Esses casos totalizam R\$ 2.480.235 (2013 - R\$ 2.107.525) e segundo a avaliação dos advogados da companhia, o grau de risco atribuído a esses casos é possível.

• IRRF – Mutuo – A Receita Federal do Brasil autuou a TMAR no valor histórico de R\$ 160.083 (dez/2007) (2014 - R\$ 353.755) pela falta de retenção do IRRF devido (nos anos-calendário de 2002 e 2003) por ocasião dos rendimentos decorrentes dos contratos de mútuo celebrados com a controladora TNL. A impugnação administrativa foi julgada parcialmente procedente. O recurso voluntário interposto pela Companhia foi provido quase que em sua integralidade pelo CARF, sendo certo que o recurso especial manejado pela Procuradoria da Fazenda foi inadmitido pelo Presidente da Câmara Superior de Recursos Fiscais, tornando-se definitiva, assim, a decisão que reduziu a autuação fiscal em R\$ 249.434 (valores atualizados). Atualmente, encontra-se pendente de julgamento o recurso especial interposto pela companhia – e já admitido pela CSRF – contra a parcela do auto de infração mantida pelo CARF.

Trabalhistas:

Referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicional de periculosidade e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 542.332 (2013 – R\$ 409.898).

Cíveis:

Referem-se a ações que não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outras. Esses questionamentos perfazem aproximadamente, R\$ 788.011 (2013 – R\$ 693.960).

Garantias:

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças contratadas e vigentes na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 corresponde a R\$ 7.663.244 (2013 - R\$ 7.456.340) na controladora e R\$ 10.533.384 (2013 - R\$ 9.278.630) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

22. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas a apropriar	1.487.522	1.475.274	1.724.158	1.771.614
Adiantamentos de clientes	29.253	43.354	557.397	512.279
Consignação em favor de terceiros	18.144	24.086	33.277	43.824
Provisão para desmobilização de ativos	8.996	8.645	8.996	8.645
Outros	161.578	29.569	133.524	206.554
Total	1.705.493	1.580.928	2.457.352	2.542.916
Circulante	123.151	159.910	956.323	1.028.397
Não circulante	1.582.342	1.421.018	1.501.029	1.514.519

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**(a) Capital social**

O capital social é de R\$ 11.661.092 (2013 - R\$ 11.661.092), composto pelas seguintes ações sem valor nominal.

	Quantidade (em milhares de ações)	
	2014	2013
Capital total em ações		
Ações ordinárias	154.032	154.032
Ações preferenciais classe A	190.465	190.465
Total em circulação	344.497	344.497

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite de 700 milhões de ações, ordinárias ou preferenciais, não havendo obrigatoriedade de guardar proporção entre elas, observado o limite legal de 2/3 para emissão de ações preferenciais sem direito a voto.

Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre outorga do plano de opção de compras de ações e excluir o direito de preferência para emissão de ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações.

(b) Reservas de capital**Reserva de ágio na subscrição de ações**

Representa o excesso do preço de emissão de novas ações em relação ao valor nominal da parcela destinada ao capital social.

Reserva de doações e subvenções para investimentos

O saldo refere-se, basicamente, a aplicações em incentivos fiscais - FINAM, FINOR, FUNRES e lucro da exploração (o último até 31 de dezembro de 2007).

Reserva especial Lei nº 8.200/1991

A reserva foi criada em virtude dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente, cuja finalidade foi a compensação das distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991. A reserva é realizada com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado que lhe deram origem.

(c) Reservas de lucros**Reserva legal**

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

Reserva de investimentos

A reserva de investimentos destina-se a reter recursos na Companhia para fazer face aos orçamentos de capital próprio e de suas controladas. Os recursos foram aplicados na expansão da planta de telefonia fixa, em conexão com as metas de universalização da ANATEL e investimentos na planta de telefonia móvel.

Reserva de incentivos fiscais

De acordo com o art. 195-A da Lei nº 6.404/76, instituído pela Lei nº 11.638/2007, a Assembleia Geral da Companhia poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

(d) Outros ajustes diretamente ao patrimônio líquido**(d.1) Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações**

Nessa rubrica são reconhecidas as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com sócios, na qualidade de proprietários), conforme previsto no pronunciamento ICPC 09 - *Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial*.

(d.2) Outros resultados abrangentes

Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes que incluem itens de receita, despesa e ajustes de reclassificação, líquidos dos respectivos efeitos tributários, não reconhecidos nas demonstrações do resultado.

(e) Direito das ações, dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei 6.404/76.

Por deliberação do Conselho de Administração a Companhia pode pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9, parágrafo 7, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 35 do estatuto social.

As ações preferenciais classe "A" não possuem direito a voto e à elas são assegurados, (i) após pagos os dividendos prioritários a que fazem jus as ações preferenciais classe "B" e em igualdade de condições com as ações preferenciais classe "C" até o pagamento do dividendo mínimo a elas atribuído, prioridade no recebimento do dividendo mínimo e não cumulativo de 3% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações da Companhia; (ii) uma vez pagos os dividendos prioritários para todas as ações preferenciais, são assegurados direitos a dividendos 10% superiores aos dividendos distribuídos às ações ordinárias, desde que o valor total de dividendos pagos às ações preferenciais classe "A" na forma dos itens (i) e (ii) acima não supere o valor de dividendos prioritários pagos às ações preferenciais classe "B"; bem como (iii) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia em relação às ações preferenciais classe "C" e ações ordinárias, respeitada a prioridade no reembolso das ações preferenciais classe "B" prevista no Estatuto Social da Companhia. Atualmente não existem ações preferenciais classes "B" ou "C" emitidas pela Companhia, sendo as ações preferenciais classe "B", destinadas à subscrição por fundos de investimento regionais criados através do Decreto-Lei nº 13.76/74, com recursos de incentivos fiscais.

Na AGO - Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 30 de abril de 2014 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2013 no montante de R\$ 761.130, acrescidos dos lucros acumulados de R\$ 113 e da reversão da reserva de lucros de incentivos fiscais de R\$ 12.728, foi destinado da seguinte forma: (i) para a constituição de reserva legal no valor de R\$ 38.057, (ii) para a constituição da reserva de investimentos no valor de R\$ 413.226 e (iii) para o pagamento de dividendos mínimos estatutários atribuídos às ações preferenciais classe "A", no valor de R\$ 322.688.

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apurou lucro no exercício no montante de R\$ 554.227 e de acordo com a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação da AGO, o saldo do lucro do exercício acrescidos da realização da reserva especial Lei nº 8.200/1991 de R\$ 39 e da reversão da reserva de lucros de investimentos R\$ 112.268, será destinado da seguinte forma: (i) para a constituição de reserva legal no valor de R\$ 27.713, (ii) para a constituição da reserva de incentivos fiscais no valor de R\$ 20.759 e (iii) para o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 618.062, sobre os quais incide Imposto de Renda Retido na Fonte no montante de R\$ 92.709, que foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

Os dividendos mínimos obrigatórios, de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976, foram calculados como segue:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	554.227	761.130
Reserva especial Lei nº 8.200/1991	39	
Base de cálculo da reserva legal	554.266	761.130
Reserva legal - 5%	(27.713)	(38.057)
Reserva Incentivo fiscal	(20.759)	
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	505.794	723.073
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	126.449	180.768

Os dividendos mínimos estatutários das ações preferenciais classe "A" do exercício de 2014 foram calculados como segue:

	2014
Critério de 3% sobre o valor do patrimônio líquido da ação	
Patrimônio líquido	19.063.455
Total de ações em circulação (*)	344.497
Total de ações preferenciais classe "A" em circulação (*)	190.465
Base de cálculo	10.539.775
Percentual do dividendo mínimo estatutário	3%
Valor por ação em Reais	1,66
Dividendos mínimos estatutários atribuídos às ações preferenciais classe "A" (*) em milhares de ações	316.193

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio a pagar pela Companhia, que estão demonstrados no passivo circulante, são compostos como segue:

Ano-base da proposta	2014	2013
2014	525.353	
2013	27.189	322.688
2012	299.161	360.387
Total	851.702	683.075

(f) Lucro por ação básico e diluído Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui atualmente ações potenciais diluidoras.

	2014	2013
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	554.227	761.130
Lucro alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	247.807	340.318
Lucro alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	306.420	420.812
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	154.032	154.032
Ações preferenciais – básicas e diluídas	190.465	190.465
Lucro por ação (Em Reais):		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	1,61	2,21
Ações preferenciais – básicas e diluídas	1,61	2,21

24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**(a) Fundos de pensão**

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria ("Fundos de Pensão") a seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2014.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
TCSPREV	Oi Móvel, BrT Multimídia, Oi Internet e BrT	FATL
BrTPREV	Oi Móvel, BrT Multimídia, Oi Internet e BrT	FATL
TelemarPrev	TMAR, Oi Móvel e Telemar Internet	FATL
PBS-A	TMAR	Sistel
PBS-Telemar	TMAR	FATL
PBS-TNCP	Oi Móvel	Sistel
CELPREV	Oi Móvel	Sistel

Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social

FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Telemar Participações S.A., controladora indireta da Companhia, é uma das patrocinadoras do plano de benefícios TelemarPrev.

A Companhia, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como "Patrocinadora".

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, as avaliações atuariais foram realizadas pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. Os estatutos sociais preveem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuariais. Para os planos que apresentam situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

Provisões para fundos de pensão

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido de controladas, conforme demonstração a seguir:

	Consolidado	
	2014	2013
Plano BrTPREV	346	500
Circulante	261	220
Não circulante	85	280

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

Ativo reconhecido por controladas relacionado ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora Oi.

O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2014	2013
Plano TCSPREV	3.724	2.708
Circulante	120	839
Não circulante	3.604	1.869

Características dos planos de previdência complementar patrocinados**1) FATL**

A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multipiano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

Planos**(i) BrTPREV**

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob o nº 2002.0017-74.

Em 31 de julho de 2012 houve a efetiva incorporação do Plano de Benefícios Fundador/Alternativo, inscrito no CNPB sob o nº 1991.0015-92, pelo Plano de Benefícios BrTPREV, aprovada pela Portaria PREVIC nº 378, de 11 de julho de 2012.

A partir da data da efetiva Incorporação (31 de julho de 2012), os Participantes e Beneficiários vinculados ao Plano de Benefícios Fundador/Alternativo tornaram-se, automaticamente, Participantes e Beneficiários do Plano de Benefícios BrTPREV, respeitando-se as mesmas categorias que detinham no dia imediatamente anterior àquela data.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo BrTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, de acordo com a idade e escolha do Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) Idade até 25 anos - faixa de Contribuição Básica de 3% a 8% do SP; (ii) Idade

de 26 a 30 anos - faixa de Contribuição Básica de 4% a 8% do SP; (iii) Idade de 31 a 35 anos - faixa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iv) Idade de 36 a 40 anos - faixa de Contribuição Básica de 6% a 8% do SP; (v) Idade de 41 a 45 anos - faixa de Contribuição Básica de 7% a 8% do SP; e (vi) Idade de 46 ou mais anos - faixa de Contribuição Básica de 8% do SP.

A Contribuição mensal dos Participantes do grupo Fundador/Alternativo (incorporado) corresponde ao somatório de: (i) 3% incidente sobre o Salário-de-Participação; (ii) 2% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade do maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial, e (iii) 6,3% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial.

A Contribuição Voluntária de Participante do grupo BrTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento) em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esporádica de Participante do grupo BrTPREV será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPBrT. Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente à Contribuição Voluntária ou Esporádica de Participante.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(ii) PBS-Telemar

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0015-56.

A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-Telemar corresponde ao somatório de: (i) 0,5% a 1,5% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 1% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão e (iii) 11% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a 8% sobre a folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(iii) TelemarPrev

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0065-74.

A Contribuição Normal do Participante é composta de duas parcelas: (i) Básica - equivalente a 2% do Salário-de-Participação, e (ii) Padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do Salário-de-Participação e a Parcela Previdenciária. A Contribuição Extraordinária Adicional do Participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do Salário-de-Participação, e por prazo não inferior a 6 (seis) meses. A Contribuição Extraordinária Eventual do Participante, também em caráter facultativo, não poderá ser inferior a 5% do teto do Salário-de-Participação.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras, até o limite de 8% do Salário-de-Participação, observando que a Patrocinadora não é obrigada a acompanhar as Contribuições Extraordinárias feitas pelo Participante. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(iv) TCSPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) sob o nº 2000.0028-38.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo TCSPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, escolhido pelo Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) Idade até 25 anos - faixa de contribuição básica de 3% a 8% do SP; (ii) Idade de 26 a 30 anos - faixa de contribuição básica de 4% a 8% do SP; (iii) Idade de 31 a 35 anos - faixa de contribuição básica de 5% a 8% do SP; (iv) Idade de 36 a 40 anos - faixa de contribuição básica de 6% a 8% do SP; (v) Idade de 41 a 45 anos - faixa de contribuição básica de 7% a 8% do SP e (vi) Idade de 46 ou mais anos - faixa de contribuição básica de 8% do SP. A Contribuição Voluntária de Participante do grupo TCSPREV corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento), em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esporádica de Participante será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPTCS (Unidade Previdenciária TCSPREV). Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente a contribuições Voluntária ou Esporádica do Participante. O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

2) SISTEL

A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não-lucrativos, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo, instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL.

Planos**(i) PBS-A**

O plano de benefício definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2000.

As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração de déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2014, data da última avaliação atuarial, este plano apresentou situação superavitária.

(ii) PBS-TNCP

Plano de benefício definido, que além do benefício da suplementação fornece assistência médica (PAMA) aos empregados aposentados e a seus dependentes, a custo compartilhado.

O PBS-TNCP encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde abril de 2004.

(iii) CELPREV

Em 2004 a Amazônia (incorporada pela TNL PCS) obteve aprovação da PREVIC para criação de um novo Plano de Pensão. O plano de contribuição variável, denominado CelPrev Amazônia, ("CELPREV") foi oferecido aos funcionários que não participavam do PBS-TNCP, sendo também oferecido aos novos profissionais admitidos pela controlada. Aos participantes do PBS-TNCP foi oferecida e incentivada a migração dos benefícios e recursos para o CELPREV.

O participante pode fazer três tipos de contribuições ao CELPREV, sendo: (i) contribuição normal básica: percentual variável de 0% a 2% do seu salário-de-participação; (ii) contribuição normal adicional: percentual variável de 0% a 6% da parcela do seu salário-de-participação que for maior que uma Unidade de Referência Padrão do Plano; e (iii) contribuição voluntária: percentual livremente escolhido pelo participante e aplicado sobre seu salário-de-participação. A patrocinadora pode fazer quatro tipos de contribuições, sendo: (i) contribuição normal básica: contribuição igual à contribuição normal básica do participante, deduzida a contribuição para o custeio do benefício de auxílio-doença e aquela destinada ao custeio das despesas administrativas; (ii) contribuição normal adicional: igual à contribuição normal adicional do participante, descontada a despesa administrativa; (iii) contribuição eventual: efetuada de modo voluntário e com frequência determinada pela patrocinadora; e (iv) contribuição especial: contribuição destinada exclusivamente aos funcionários da patrocinadora que não pertencem ao PBS e que ingressaram no prazo de 90 dias da data de início de vigência do CELPREV.

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (FATL)

A seguir estão apresentados os dados dos planos de previdência privada patrocinados que mantêm obrigações de benefício definido:

	Controladora			
	2014		2013	
	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-Telemar	TelemarPrev

Obrigações atuariais com benefícios concedidos	234.977	222.175	2.354.555	2.195.813
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	7.131	8.220	350.352	361.336
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	242.108	230.395	2.704.907	2.557.149
Valor justo dos ativos do plano	(251.978)	(258.076)	(2.920.300)	(2.996.642)
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido	(9.870)	(27.681)	(215.393)	(439.493)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	9.870	27.681	215.393	439.493
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido				

(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido

	Consolidado			
	2014			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev

Obrigações atuariais com benefícios concedidos	1.012	124	234.977	2.404.615
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	466	1.882	7.131	365.309
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	1.478	2.006	242.108	2.769.924
Valor justo dos ativos do plano	(1.132)	(5.730)	(251.978)	(2.994.597)
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido	346	(3.724)	(9.870)	(224.673)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso			9.870	224.673
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido	346	(3.724)		

(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido

	Consolidado			
	2013			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev

Obrigações atuariais com benefícios concedidos	963	118	222.175	2.241.129
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	551	1.236	8.220	377.294
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	1.514	1.354	230.395	2.618.423
Valor justo dos ativos do plano	(1.014)	(4.062)	(258.076)	(3.076.378)
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido	500	(2.708)	(27.681)	(457.955)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso			27.681	457.955
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido	500	(2.708)		

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

	Controladora			
	2014		2013	
	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-Telemar	TelemarPrev
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	230.395	271.217	2.557.149	3.072.366
Juros sobre as obrigações atuariais	26.138	23.312	291.504	265.625
Custo do serviço corrente	121	235	2.814	10.148
Contribuições de participantes vertidas no ano	52	52		
Benefícios pagos líquidos	(17.973)	(17.777)	(204.413)	(192.874)
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	3.375	(46.644)	57.853	(598.116)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	242.108	230.395	2.704.907	2.557.149
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	258.076	316.274	2.996.642	3.312.657
Rendimento esperado no ano	29.422	27.324	343.496	286.984
Contribuições normais recebidas pelo plano	129	137		
Patrocinadora	77	85		
Participantes	52	52		
Pagamento de benefícios	(17.973)	(17.777)	(204.413)	(192.874)
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	(17.676)	(67.882)	(215.425)	(410.125)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	251.978	258.076	2.920.300	2.996.642
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(9.870)	(27.681)	(215.393)	(439.493)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	9.870	27.681	215.393	439.493

	Consolidado			
	2014			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	Telemar Prev
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.514	1.354	230.395	2.618.423
Juros sobre obrigação atuarial	170	159	26.138	298.513
Custo do serviço corrente	46	56	121	3.366
Contribuições de participantes vertidas no ano			52	
Benefícios pagos líquidos	(71)	(10)	(17.973)	(208.510)
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	(181)	447	3.375	58.132
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	1.478	2.006	242.108	2.769.924
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.014	4.061	258.076	3.076.378
Rendimento esperado no ano	111	479	29.422	352.689
Contribuições normais recebidas pelo plano			129	
Patrocinadora			77	
Participantes			52	
Pagamento de benefícios	(71)	(10)	(17.973)	(208.510)
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	78	1.200	(17.676)	(225.960)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.132	5.730	251.978	2.994.597
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	346	(3.724)	(9.870)	(224.673)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso			9.870	224.673

	Consolidado			
	2013			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS - Telemar	Telemar Prev
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	2.532	1.606	271.217	3.146.553
Juros sobre obrigação atuarial	215	142	23.312	272.072
Custo do serviço corrente	133	124	235	11.694
Contribuições de participantes vertidas no ano			52	
Benefícios pagos líquidos	(68)	(10)	(17.777)	(196.631)
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	(1.298)	(508)	(46.644)	(615.265)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	1.514	1.354	230.395	2.618.423
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.563	4.334	316.274	3.395.454
Rendimento esperado no ano	129	384	27.324	294.197
Contribuições normais recebidas pelo plano			137	
Patrocinadora			85	
Participantes			52	
Pagamento de benefícios	(68)	(10)	(17.777)	(196.631)
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	(610)	(646)	(67.882)	(416.642)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.014	4.062	258.076	3.076.378
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	500	(2.708)	(27.681)	(457.955)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso			27.681	457.955

	Controladora			
	2014		2013	
	PBS-Telemar	Telemar Prev	PBS-Telemar	Telemar Prev
COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO				
Custo do serviço corrente	121	235	2.814	10.148
Juros sobre as obrigações atuariais	26.138	23.312	291.504	265.626
Rendimento dos ativos do plano	(29.422)	(27.324)	(343.496)	(286.985)
Juros sobre o passivo oneroso	3.275	4.005	51.992	21.359
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	(112)	(228)	(2.814)	(10.148)
Total da despesa (receita) reconhecida				

	Consolidado			
	2014			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	Telemar Prev
COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO				
Custo do serviço corrente	46	56	121	3.366
Juros sobre as obrigações atuariais	170	159	26.138	298.513
Rendimento dos ativos do plano	(111)	(479)	(29.422)	(352.689)
Juros sobre o passivo oneroso			3.275	54.176
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido			(112)	(3.366)
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados	105	(264)		
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	(258)	(752)		
Total da despesa (receita) reconhecida	(153)	(1.016)		

	Consolidado			
	2013			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	Telemar Prev
COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO				
Custo do serviço corrente	133	123	235	11.695
Juros sobre as obrigações atuariais	215	142	23.312	272.071
Rendimento dos ativos do plano	(129)	(384)	(27.324)	(294.196)
Juros sobre o passivo oneroso			4.005	22.125
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido			(228)	(11.695)
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados	219	(119)		
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	(689)	139		
Total da despesa (receita) reconhecida	(470)	20		

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos dos planos Telemar Prev, PBS-Telemar, BrTPREV e TCSPREV foram as seguintes:

	2014			
	BrTPREV		PBS - Telemar	
	TCSPREV	Telemar	Telemar Prev	Telemar Prev
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	7,08%	6,45%	5,50%	8,24%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs
Taxa de rotatividade	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
	7,3%	8,2%	Nula	0% a 12%

	2013			
	BrTPREV		PBS-Telemar	
	TCSPREV	Telemar	Telemar Prev	Telemar Prev
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	7,08%	6,45%	5,50%	8,24%/N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs
Taxa de rotatividade	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
	6%	6%	Nula	0% a 14,5%

INFORMAÇÕES ADICIONAIS - 2014

a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2014.
b) Os dados cadastrais utilizados para os Planos da FATL é de 31 de agosto de 2014, projetados para 31 de dezembro de 2014.

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (SISTEL e PAMEC)

	Controladora		
	2014		
	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS			
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	3.048.999	2.938.467	2.938.467
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	3.048.999	2.938.467	2.938.467
Valor justo dos ativos do plano	(5.868.211)	(5.486.560)	(5.486.560)
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido	(2.819.212)	(2.548.093)	(2.548.093)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	2.155.428	1.961.662	1.961.662
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido	(663.784)	(586.431)	(586.431)
Ativo atuarial líquido não reconhecido	663.784	586.431	586.431

	Consolidado		
	2014		
	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS			
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	3.048.999	23.551	23.551
Obrigações atuariais com benefícios a conceder		2.291	94
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	3.048.999	25.842	94
Valor justo dos ativos do plano	(5.868.211)	(48.794)	(2.367)
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido	(2.819.212)	(22.952)	(2.273)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	2.155.428	22.952	2.273
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido	(663.784)		
Ativo atuarial líquido não reconhecido	663.784		

	Consolidado		
	2013		
	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS			
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	2.938.467	22.229	22.229
Obrigações atuariais com benefícios a conceder		1.968	117
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	2.938.467	24.197	117
Valor justo dos ativos do plano	(5.486.560)	(45.312)	(1.668)
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido	(2.548.093)	(21.115)	(1.551)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	1.961.662	21.115	1.551
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido	(586.431)		
Ativo atuarial líquido não reconhecido	586.431		

	Controladora		
	2014		
	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO			
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	2.938.467	3.362.914	
Juros sobre obrigação atuarial	331.461	287.645	
Benefícios pagos líquidos	(279.368)	(299.883)	
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	58.439	(412.209)	
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	3.048.999	2.938.467	
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	5.486.560	5.289.438	
Rendimento esperado no ano	632.900	458.913	
Pagamento de benefícios	(279.368)	(299.883)	
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	28.119	38.092	
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	5.868.211	5.486.560	
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(2.819.212)	(2.548.093)	
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	2.155.428	1.961.662	
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido	(663.784)	(586.431)	
Ativo atuarial líquido não reconhecido	663.784	586.431	

	Consolidado		
	2014		
	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO			
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	2.938.467	24.197	117
Juros sobre obrigação atuarial	331.461	2.758	13
Custo do serviço corrente		58	5
Benefícios pagos líquidos	(279.368)	(1.835)	
Contribuições de participantes vertidas no ano		56	2
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	58.439	608	(43)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	3.048.999	25.842	94
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	5.486.560	45.312	1.668
Rendimento esperado no ano	632.900	5.258	196
Contribuições normais recebidas pelo plano		77	6
Patrocinadora		21	5
Participantes		56	1
Pagamento de benefícios	(279.368)	(1.835)	
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	28.119	(18)	497
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	5.868.211	48.794	2.367
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(2.819.212)	(22.952)	(2.273)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	2.155.428	22.952	2.273
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido	(663.784)		
Ativo atuarial líquido não reconhec			

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

continuação

	Consolidado		
	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO			
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	3.362.914	28.570	128
Juros sobre obrigação atuarial	287.645	2.464	11
Custo do serviço corrente		82	5
Benefícios pagos líquidos	(299.883)	(1.929)	
Contribuições de participantes vertidas no ano		23	5
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	(412.209)	(5.013)	(32)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	2.938.467	24.197	117
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	5.289.438	53.299	1.933
Rendimento esperado no ano	458.913	4.664	172
Contribuições normais recebidas pelo plano		62	9
Patrocinadora		39	4
Participantes		23	5
Pagamento de benefícios	(299.883)	(1.929)	
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	38.092	(10.784)	(446)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	5.486.560	45.312	1.668
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(2.548.093)	(21.115)	(1.551)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	1.961.662	21.115	1.551
(-) Passivo/(ativo) atuarial líquido	(586.431)		
Ativo atuarial líquido não reconhecido	586.431		
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido			

	Controladora		
	2014	2013	PBS-A
DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Juros sobre as obrigações atuariais	331.461	287.645	
Rendimento dos ativos do plano	(632.900)	(458.913)	
Juros sobre o passivo oneroso	232.064	144.492	
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	69.375	26.776	
Total da despesa (receita) reconhecida			

	Consolidado		
	PBS-A	PBS-TNCP	CEL PREV
DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Custo do serviço corrente		58	5
Juros sobre as obrigações atuariais	331.461	2.758	13
Rendimento dos ativos do plano	(632.900)	(5.258)	(196)
Juros sobre o passivo oneroso	232.064	2.498	183
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	69.375	(56)	(5)
Total da despesa (receita) reconhecida			

	Consolidado		
	PBS-A	PBS-TNCP	CEL PREV
DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Custo do serviço corrente		82	6
Juros sobre as obrigações atuariais	287.645	2.464	11
Rendimento dos ativos do plano	(458.913)	(4.664)	(171)
Juros sobre o passivo oneroso	144.492	2.198	160
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	26.776	(80)	(6)
Total da despesa (receita) reconhecida			

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos dos planos PBS-A, PAMEC, PBS-TNCP e CELPREV foram as seguintes:

	2014		
	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS			
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,83%	11,83%	11,83%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	N/A	10,45%	5,50%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	5,50%	5,50%
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,83%	11,83%	11,83%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs
Idade de início dos benefícios	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade	N/A	57 anos	55 anos
	N/A	Nula	Nula

	2013		
	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS			
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,83%	11,83%	11,83%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	N/A	10,92%	8,80%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	5,50%	5,50%
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,83%	11,83%	11,83%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs
Idade de início dos benefícios	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade	N/A	N/A	55 anos
	N/A	Nula	Nula

N/A = Não Aplicável

INFORMAÇÕES ADICIONAIS - 2014
a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2014.
b) Os dados cadastrais utilizados para o os planos da SISTEL são de 31 de julho de 2014 e o PAMEC é de 31 de outubro de 2014, projetados para 31 de dezembro de 2014.

Os valores acima não consideram os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de "contribuição definida" (o pagamento dos benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações além dos saldos existentes.

Política de investimentos dos planos
A estratégia de investimento dos planos de benefício está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os fundos de pensão, as quais são: renda fixa nacional, renda variável nacional, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários. Na carteira de renda fixa somente são permitidos títulos com baixo risco de crédito. Instrumentos derivativos só são permitidos para fins de proteção. Empréstimos estão restritos a determinados limites de crédito. A alocação tática é decidida pelo comitê de investimento, composto pelos executivos dos planos de benefício. A execução é efetuada pelo departamento financeiro.

Os limites médios estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os fundos de pensão são os seguintes:

SEGMENTO DO ATIVO	PBS -	Telemar	CEL	PBS -	TCS	PBS-A
	Telemar	Prev	PREV	TNCP	BrTPREV	
Renda fixa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Renda variável	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%
Investimentos estruturados	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
Investimentos no exterior	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
Imóveis	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
Empréstimos a participantes	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%

A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2014 está demonstrada a seguir:

SEGMENTO DO ATIVO	PBS-	Telemar	CEL	PBS -	TCS	PBS-A
	Telemar	Prev	PREV	TNCP	BrTPREV	
Renda fixa	83,00%	81,00%	85,00%	90,00%	83,00%	77,00%
Renda variável	4,00%	6,00%	13,00%	9,00%	4,00%	15,00%
Investimentos estruturados	11,00%	11,00%			11,00%	
Imóveis	1,00%	1,00%			1,00%	7,00%
Empréstimos a participantes	1,00%	1,00%	2,00%	1,00%	1,00%	1,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(b) Participações dos empregados nos lucros
No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas, registraram provisões para participação dos empregados nos lucros com base nas estimativas do cumprimento das metas individuais e corporativas, no montante total de R\$ 135.781 na controladora e R\$ 191.963 no consolidado.

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas consolidadas (até o nível da holding Oi)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Ativo				
Títulos de emissão de partes relacionadas ("Senior Notes")	81.921		81.921	
Oi Holanda	81.921		81.921	
Contas a receber	800.686	845.518	499.004	722.626
TNL PCS		598.027		
Telemar Internet	7.886	7.476		
BrT Multimídia	9.796	7.551		
Oi	53.185	220.239	499.004	722.626
Oi Móvel	728.276	10.660		
Oi Internet	1.464	1.565		
PGA	1			
SPSU	78			
Empréstimos com controladas	280.477	97.168	380.068	675.139
Serede	264.793	86.081		
Oi Serviços Financeiros	14.645	10.641	14.645	10.641
Dommo	923	446		
Oi Móvel	116			
Oi			365.423	664.498
Debêntures	875.369	1.062.664	875.369	1.062.664
Oi	875.369	1.062.664	875.369	1.062.664
Dividendos a receber	197.334	940.811		
Serede		27		
TNL PCS		635.249		
Telemar Internet	73.969	140.457		
BrT Serviços Financeiros	568	2.064		
Copart 5	32.327	25.350		
Oi Móvel	67.500	62.277		
BrT Internet		3.174		
BrT Multimídia	22.970	72.213		
Demais ativos	242	755	121	142
Oi	121	142	121	142
Oi Móvel	121			
TNL PCS		613		

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Passivo				
Fornecedores	510.808	339.616	700.633	422.863
TNL PCS		188.551		
Telemar Internet		9.241		
Serede	24.969	17.962		
Oi	168.606	110.323	700.633	422.863
Oi Móvel	317.205	13.099		
Oi Internet	6	73		
BrT Multimídia		367		
Empréstimos e financiamentos	1.195.219	799.429	707.802	228.267
TNL PCS		77.858		
Oi	670.530	190.976	707.802	228.267
Oi Móvel	469.002	530.595		
Telemar Internet	55.687			
Dividendos e juros sobre capital próprio	848.041	672.522	848.041	672.522
Oi	848.041	672.522	848.041	672.522
Demais obrigações	65.148	68.022	218.509	214.142
Oi	65.148	68.022	218.509	214.142

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receita				
Receita dos serviços prestados	801.369	1.481.278	1.306.454	1.538.537
TNL PCS	62.498	1.395.106		
Telemar Internet	3.177	2.564		
Serede	7.495	228		
Pointer Networks		1.569		
Oi	74.871	78.677	1.306.454	1.528.527
Oi Móvel	647.950			
Oi Internet	131	209		
BrT Multimídia	5.247	2.326		
BrT CS		599		10.010
Receitas financeiras	123.429	101.375	181.230	153.747
TNL PCS	425	6.598		
Dommo	85	34		
Oi	98.112	89.400	179.764	152.915
Oi Móvel	3.295			
Serede	20.046	4.511		
Oi Serviços Financeiros	1.466	832	1.466	832

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Custos e despesas				
Custos e despesas operacionais	(2.741.606)	(2.991.094)	(517.863)	(759.745)
TNL PCS	(202.473)	(2.442.672)		
Serede	(509.661)	(168.774)		
Pointer Networks		(4.164)		
Telemar Internet		(15.277)		
Oi	(108.142)	(111.530)	(517.863)	(546.110)
Oi Móvel	(1.918.886)	(108.914)		
BrT CS		(139.116)		(213.635)
Oi Internet		(63)		(273)
BrT Multimídia		(2.356)		(374)
Despesas financeiras	(107.482)	(90.732)	(131.116)	(83.559)
TNL PCS		(170)		(12.688)
Oi	(85.664)	(50.897)	(131.116)	(83.559)
Oi Móvel	(21.040)	(27.147)		
Telemar Internet		(608)		

Linhas de crédito
As linhas de crédito concedidas pela Companhia para suas controladas têm por finalidade fornecer capital de giro para as atividades operacionais, onde o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (2013 – 115% do CDI).

Aluguel de infraestrutura de transmissão
As transações realizadas com a Oi e Oi Móvel, referem-se a prestação de serviços e cessão de meios abrangendo, principalmente, interconexão e EILD.

As transações realizadas com a Oi Internet, referem-se a prestação de serviços de aluguel de portas Dial.

Garantias
As garantias de aval são concedidas pela Oi sobre financiamentos contratados junto ao BNDES e demais empréstimos. A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a título de comissão pelo aval, despesas de R\$ 16.957 (2013 – R\$ 25.536).

As garantias em processos judiciais da Companhia são concedidas pela Oi mediante autorização de bloqueio de parte de suas ações preferenciais nominativas classe "A". Pela concessão da garantia, a Companhia remunera a avalista no montante equivalente a 1,5% a.a. calculado sobre o valor garantido nesses processos judiciais. A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a título de comissão pela garantia obtida, despesas de R\$ 11.260 (2013 – R\$ 16.763).

